



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 13/X-1º/2009-10

1 - Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas 21H15, no espaço Ginásio e Refeitório da Escola Básica 1º Ciclo "Miquelina Pombo", sitas na Rua Hermínia Silva - Vale Figueira, na Sobreda, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----

3 - Período da Ordem do Dia.-----

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adesão do Município de Almada à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), também designada União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.-----

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----

3 - Registou-se a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Sr. Fernando Jorge Amoreira Fernandes.-----

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa da Pena; Henrique Mesquita Pires; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida.-----

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:-----

4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:-----

-O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1189/X-1º), (**Conforme ANEXO I**).-----

-O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1201/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1225/X-1º), (**Conforme ANEXO III**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1226/X-1º), (**Conforme ANEXO IV**).
- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1227/X-1º), (**Conforme ANEXO V**).
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1229/X-1º), (**Conforme ANEXO VI**).
- O Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1228/X-1º), (**Conforme ANEXO VII**).
- O Sr. Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 29 de Junho, (Ent. nº 1249/X-1º), (**Conforme ANEXO VIII**).

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés e por impedimento da cidadã Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS IX, X e XI**).
- O Candidato Exm.º Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldes e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XII e XIII**).
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XIV e XV**).
- A Candidata Exm.ª Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVI**).
- O Candidato Exm.º Sr. Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira e por impedimento do cidadão Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XVII e XVIII**).
- A Candidata Exm.ª Sr.ª Licínia Maria Barata Rafael, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIX**).
- A Candidata Exm.ª Sr.ª Antonieta Pereira Vaz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XX**).
- O Candidato Exm.º Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Junho, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais e por impedimento da cidadã Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XXI e XXII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia do Cacilhas, Pragal, Trafaria, Costa da Caparica e Cova da Piedade, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes dos Órgãos Autárquicos são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. Rui Ribeiro Perdigão; Sr. Miguel Simão Ramalhete da Costa Rodrigues, Hernâni Figueiredo da Silva, Adérito Gouveia Ramos e Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, respectivamente, **(Conforme ANEXOS XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII)**.-----

4.4 - O Presidente informou do expediente entrado do nº 920/X-1º (27/Abril/2010) ao nº 1211/X-1º (25/Junho/2010); enviado do nº 344/X-1º (27/Abril/2010) ao nº 491/X-1º (23/Junho/2010); dos e-mail enviados (19/Abril/2010 a 18/Junho/2010) e e-mail recebidos (19/Abril/2010 a 18/Junho/2010), informou das decisões através da Súmula N.º 06/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais).-----

4.5 - O Presidente informou dos Requerimentos dos Deputados Municipais à Câmara Municipal bem como das respectivas respostas.-----

4.6 - O Presidente apresentou à consideração da Assembleia as Minutas e Actas das Reuniões de 28, 29 e 30 de Abril de 2010 (Primeira, Segunda e Terceira Reuniões da Sessão Ordinária de Abril (N.ºs 10, 11 e 12/X-1º/2009-10), que foram ratificadas e aprovadas por unanimidade, respectivamente.-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António Manuel Dias da Silva, morador na Rua António Aleixo, nº 13 c/v Esq. - Miratejo - 2855-229 Corroios.-----

5.1.1 - O Exm.º Senhor Município António Manuel Dias da Silva:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
O meu nome é António Manuel Dias da Silva, tenho quarenta e oito anos e sou funcionário da Câmara Municipal de Almada há mais de vinte, sou licenciado em Ciências da Comunicação. (Quero referir que a minha intervenção oral não contém, por questões de tempo, todo o texto disponibilizado a esta Assembleia).-----

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, na sequência das notícias saídas a público relativamente à queixa apresentada ao Sr. Provedor de Justiça por dois funcionários da Câmara Municipal de Almada, vimos esclarecer: 1- Não há qualquer objectivo político/partidário para a apresentação da referida queixa, ao contrário do que foi difundido. Ao titular a notícia, e cito: "Dizendo-se alvo de discriminação política", o jornalista terá levado em conta as afirmações do Sr. Vereador José Gonçalves, e cito de novo: "Algumas destas pessoas são figuras que estiveram ligadas aos últimos processos de candidaturas autárquicas das forças políticas do Concelho."-----

Apesar deste lapso infeliz, não queremos acreditar que os funcionários da Câmara de Almada terão de esconder as suas opções político/partidárias (quando as têm). Leia-se o artigo 6º, do Anexo I, da Lei nº 59/2008, liberdade de expressão e opinião. É conhecida no âmbito do órgão ao serviço da liberdade de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

expressão e de divulgação do pensamento de opinião. Ao Sr. Provedor foi apresentada uma queixa solidária de dois funcionários da Câmara de Almada. Não se trata de uma trama partidária, como se poderá supor das palavras do Sr. Vereador.-----

2 - Não se pretende prejudicar colaboradores ou funcionários da Câmara Municipal seja qual for o vínculo com a autarquia, pretende-se que todos tenham as mesmas oportunidades.-----

3 - Pretende-se chamar a atenção do Sr. Provedor para aquilo que o Sr. Vereador denominou de "política global de recursos humanos".-----

Porque foram reclassificados funcionários no ano de 2008 para várias carreiras, exceptuando a de Técnico Superior.-----

Já foram reclassificados ou nomeados através de concurso interno vários funcionários para a Carreira de Técnico Superior.-----

A Lei nº 12-A/2008 sugere que devem ser utilizados os recursos internos das autarquias antes da abertura dos procedimentos concursais. Para a Carreira de Técnico Superior de Comunicação existem dois funcionários na Câmara de Almada com condições curriculares para o preenchimento dessas vagas.-----

4 - Não se entende o afastamento de um funcionário com oito anos de experiência na Divisão de Informação desta Câmara quando frequentava o segundo ano da licenciatura em Ciências da Comunicação, para um serviço desadequado para as suas competências e perfil profissionais.-----

5 - Não se entende como o júri dos concursos da Câmara Municipal de Almada não aceita como experiência profissional esses oito anos de trabalho, com o argumento de que na altura não possuía licenciatura. Esse tempo de serviço foi apresentado como estágio e aprovado pelo Professor Prado Coelho, na altura Director do Departamento de Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.-----

6 - Não se entende como se mantém um Mestre em Comunicação, cuja licenciatura se concluiu após realização do estágio no DIRP da Câmara de Almada, assinada pelo responsável, na função de motorista ignorando a sua experiência profissional com largos anos na área da comunicação.-----

Não se entende que alguns licenciados na Câmara de Almada sejam impedidos de exercer funções condizentes com as habilitações académicas e competências profissionais com o argumento que podem vir a solicitar a mobilidade intercarreiras.-----

A actual gestão dos recursos humanos da Câmara de Almada contraria o artigo 57º, anexo I, da Lei nº 59/2008, o que, partindo de uma autarquia que se afirma moderna e evoluída não deixa de causar estranheza.-----

Citando: "Efeitos profissionais da valorização escolar. Ao trabalhador estudante devem ser proporcionadas oportunidades de promoção profissional adequadas à valorização obtida nos cursos ou pelos conhecimentos adquiridos.-----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais,-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta intervenção pretende chamar a atenção para a injustiça para com os licenciados a trabalhar na Câmara de Almada sobretudo em áreas para as quais a autarquia vem abrindo processos concursais. É injusto impedir que funcionários com conhecimentos e experiência profissionais sejam impedidos de exercer funções para as quais investiram dinheiro, tempo e energias. O Município é prejudicado quando os seus funcionários são enquadrados em funções desmotivantes e sem perspectivas profissionais. Estão a ser impedidos de construir currículos positivos, ao contrário de alguns estagiários que em processo concursal acabam por ser mais bem classificados também por esse mesmo motivo.-----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais,-----
Esta intervenção e a queixa ao Sr. Provedor de Justiça seriam desnecessárias se os Srs. Vereadores e a Sr.ª Presidente da Câmara quisessem de facto escutar os seus trabalhadores.-----

Alguns dirigentes da Câmara de Almada e certamente alguns dos presentes adquiriram competências académicas enquanto trabalhadores estudantes e sabem o esforço que isso representa.-----

Esta política de recursos humanos baseia-se em pressupostos subjectivos e sem fundamentos coerentes.-----

Por último, coloco-me desde já à disposição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, da Sr. Presidente ou de qualquer membro da Administração da Câmara Municipal ou desta Assembleia para qualquer esclarecimento sobre este assunto."-----

5.2 - Usou da palavra a Exm.ª Senhora Múncipe Ana Paula Silva Duarte Galo - Associação de Moradores do Bairro do Matadouro, moradora na Rua Lusíadas, nº 13 - 1º Dtº - Bairro do Matadouro - Pragal - 2800 Almada.-----

5.2.1 - A Exm.ª Senhora Múncipe Ana Paula Silva Duarte Galo - Associação de Moradores do Bairro do Matadouro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Chamo-me Ana Paula Galo, faço parte da Associação de Moradores do Bairro do Matadouro e venho aqui em representação do seu Presidente o Sr. Mário Cunha que por motivos imprevistos e urgentes não pode aqui estar.-----

Esta Associação de Moradores do Bairro do Matadouro é promotora de um projecto social que é o projecto "PSIC" do qual vou fazer uma breve apresentação.-----

Fundada em 19/11/1997, A Associação de Moradores da Zona do Bairro do Matadouro, sita na Freguesia do Pragal, tem por objectivos "Representar e defender os interesses dos seus associados, a promoção de actividades culturais, desportivas, recreativas e da qualidade de vida dos seus associados e demais residentes da zona, levando ao conhecimento de quaisquer entidades públicas ou privadas, as preocupações, reclamações, sugestões, pareceres dos seus associados e população residente, na vida administrativa local.-----

O Bº do Matadouro tem cerca de 2.500 residentes, dos quais 1.850 são eleitores da Freguesia.-----
Trata-se de uma área com uma composição multicultural e multi-étnica e com uma forte incidência de grupo etário jovem.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Com existência de um elevado número de famílias a receberem o rendimento de inserção social e uma grande taxa de desemprego, bem como um número considerável de crianças em idade escolar, 1º, 2º, 3º ciclo, muitos deles vivendo em famílias mono parentais e com uma situação sócio-económica muito complicada, existindo mesmo muitos casos de fome.-----

Numa aproximação às populações, reforçada por informações das várias instituições da área próxima, detectou-se que aproximadamente 150 crianças, têm deficiente apoio social, uma vez que essas instituições estão superlotadas.-----

Neste contexto está a Associação de Moradores do Bairro do Matadouro a criar um Projecto Social de Prevenção "PSIC" Projecto Social Integração de Crianças que abrange crianças dos 6 aos 15 anos e que os objectivos são:-----

1- Diagnosticar com recurso e métodos e técnicas científicas as necessidades e respostas sociais no âmbito geográfico Bº Matadouro e PIA.-----

2- Apoiar crianças dos 6 aos 15 anos, através de actividades diversificadas, de forma integrada e no respeito pela diversidade cultural e etária.-----

3- Envolver as famílias e as crianças no diagnóstico e resolução dos problemas, como método de prevenção contra o risco de desvios comportamentais, marginalidade e exclusão social crónica.-----

É um Projecto Social assente em parcerias e tem como áreas de intervenção e iniciativas Áreas do - ensino, saúde, prevenção e segurança, cívica e ambiental, desportiva, cultural e recreativa.-----

Solicitamos a vossa melhor atenção e boa vontade para a divulgação e colaboração no desenvolvimento deste projecto, o que desde já agradecemos."-----

5.3 - Usou da palavra a Exm.ª Senhora Múncipe Maria do Céu Azevedo Rosa Ramos, moradora na Rua Bernardo Francisco da Costa, nº 73 - 2º Esq. - 2800-033 Almada.-----

5.3.1 - A Exm.ª Senhora Múncipe Maria do Céu Azevedo Rosa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Chamo-me Maria do Céu Ramos, e venho aqui na qualidade de voluntariado no Centro de Arqueologia de Almada.-----

No passado dia 16 de Fevereiro, ruiu uma boa parte do muro da Escola Secundária Conceição Silva, na Cova da Piedade, sobre o terreno onde recentemente havia sido instalado o Centro Arqueologia, tendo danificado parcialmente as instalações, financiadas pela Câmara Municipal de Almada.-----

Foram informados os diversos organismos, como sejam, Câmara Municipal, Direcção da Escola Conceição Silva e Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Até agora, não houve por parte da entidade responsável (Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo), e como determina legislação em vigor, qualquer resposta às reclamações efectuadas, que o foram, por escrito, registadas e com aviso de recepção.-----

Dizer também que o mesmo, já foi comunicado à Inspeção-Geral de Educação.-----

Para que se veja o desnível do terreno e como no velho muro aí existente que delimitava a propriedade, foram encastrados pilares sem que atingissem terreno sólido, farei a entrega de fotos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Face a essas imagens, conclui-se que não se trata apenas de uma simples reparação. A obra deverá ocorrer em toda a extensão, onde a vedação da escola assenta no antigo muro.-----

Informo também que neste momento os danos causados nas instalações do centro, ascendem a cerca de 8.000 euros.-----

Faço a seguinte pergunta: de que está à espera a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo? Do próximo Inverno? Que desabe o resto do muro e haja mais prejuízo sobre o Centro de Arqueologia?-----

Apelo a esta Assembleia que tome as medidas que achar por convenientes."-----

5.4 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Helena Maria R. Celestino, moradora na Praceta Jornal de Almada, nº 1 - 3º Esq. - 2800-290 Almada.-----

5.4.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Helena Maria R. Celestino:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sou Helena Celestino e antes de mais quero-me congratular pelas instalações desta Escola em que fomos recebidos que são de facto muito boas. O objectivo da minha vinda aqui é uma pergunta. Eu tenho-me deparado com informações diferentes no que diz respeito a uma Assembleia de Câmara e ao que foi votado em relação à Loja do Cidadão, inclusive consultando o que está na Assembleia Municipal em relação à reavaliação por parte do projecto M. Bica, ou em relação ao Boletim de Câmara que este poderia não ter de novo o pé alto e ser de novo a EDP posta em causa. Eu gostaria de facto que fosse dada aqui uma resposta concreta porque isto está a ser matéria de alguma confusão. Ou foi votado que a Assembleia votou que o Centro teria que ser reavaliado, ou foi partir então para a EDP, mas era uma resposta que eu gostava de ter e por favor não me digam para ir para outro lado, porque este é o sítio ideal para me responderem. É esta a resposta que eu gostaria de ver respondida, porque é fundamental, tanto que é fundamental porque eu já passei desde as sete da manhã, duas vezes este ano, para tirar o Cartão de Cidadão aos meus, à chuva em plena Almada."-----

5.5 - Usou da palavra a Exm.^o Senhor Múncipe Sérgio Pedro da Conceição Pereira, morador na Rua Polónio Febrero Junior, nº 31 - 2º Esq. - 2805-223 Almada.-----

5.5.1 - O Exm.^o Senhor Múncipe Sérgio Pedro da Conceição Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Chamo-me Sérgio Pereira e encontro-me aqui em representação de meu pai, exigindo um pouco de respeito na gestão dos processos por parte do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada.-----

Venho assim perante a Assembleia Municipal solicitar a compreensão e o apoio para desbloquear o impasse do processo de legalização da vivenda que os meus pais possuem, como habitação permanente, na Charneca da Caparica.-----

O meu pai tem oitenta anos efectuados este mês e a minha mãe oitenta e sete.-----

Desde 2006 que o meu pai com a Comissão de Administração Conjunta da AUGI tenta legalizar a sua residência.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esse processo tem o número 177/06.-----
Perante exigências burocráticas e alterações de pormenor o meu pai tem tentado cumprir os requisitos e alterações solicitadas pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Almada ou mesmo pelos SMAS.-----

Perante o bloqueamento sistemático e os atrasos sucessivos, em 2008 chamei a mim a responsabilidade de gerir o processo e articular com os Serviços a sua concretização, na ilusão de que o problema estaria na limitada compreensão do meu pai, atendendo à sua idade e problemas de saúde.-----

Estava iludido!-----
Nas diversas diligências que efectuei junto dos Serviços da Câmara Municipal de Almada e do SMAS e apesar de cumpridos todas as exigências, o problema mantêm-se sem resultado à vista.-----

Na última carta que enviei à Câmara Municipal de Almada, datada de 7 de Março deste ano, registada e com aviso de recepção e da qual deixo uma cópia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, encontram-se descritas todas as intervenções que foram realizadas por mim a partir dessa data 2008, bem como o seguimento que o processo de legalização obteve da parte dos Serviços Autárquicos.-----

Na citada carta e por sugestão do Ofício da Câmara Municipal de Almada, disponibilizei-me a participar numa reunião conjunta com o objectivo de desbloquear o processo.-----

Ainda hoje aguardo resposta!-----
Perdoem-me o desabafo, nós em democracia há coisas que não entendo ...nem compreendo.-----

Não venho a esta Assembleia solicitar uma decisão de favor para o processo que evoco, venho pedir para que exijam explicações sobre os casos que como o do meu pai se encontram a apodrecer nos gabinetes e que mexem com a vida dos munícipes.-----

Pessoalmente e como cidadão, exijo que os processos sejam tratados da mesma forma, com respeito, celeridade, integridade e profissionalismo, por parte de todos os Serviços Públicos.-----

Agradeço o tempo e a oportunidade que a Assembleia Municipal me concedeu, bem como as diligências que possam efectuar para que o processo do meu pai, ou outros idênticos, não estejam em trânsito para decisão durante anos."-----

5.6 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, moradora na Praceta Gama Barros, nº 5 - 2800-274 Almada.-----

5.6.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O meu nome é Beatriz Ferreira e como solicitado, venho por este meio fazer chegar a minha intervenção na Assembleia Municipal de Almada no dia 29 de Junho de 2010 no período aberto à população. Fui a 6^a múnícipe a intervir e o assunto que me trouxe ali foi a apresentação da petição Almada Sem (E)calma. Segue então o texto:-----

Boa Noite a Todos -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O meu nome é Beatriz Ferreira e estou aqui em representação do movimento “Queremos acabar com a Ecalma”. Este movimento foi criado a 20 de Fevereiro de 2010, apresentado publicamente na última assembleia municipal e rapidamente cresceu, reunindo 2206 pessoas na Internet, mas muitas nas ruas de Almada.-----

A cidadania e mobilização dos almadenses foram exemplares, desde os comerciantes aos cidadãos anónimos, todos colaboraram. Aconselho a todos os deputados municipais e vereadores, a analisarem com especial minúcia o desprendimento com que os munícipes se juntaram para reagir contra o que consideram ser uma violação dos direitos enquanto moradores.-----

Não precisamos de políticos profissionais ou amadores, de manietação de partidos que se apropriam das nossas dificuldades e problemas sem depois lhes darem resposta. Aliás, a falta de acção dos órgãos autárquicos choca-nos porque a Ecalma tornou-se um problema incontornável para os almadenses que vêm a sua qualidade de vida diminuir, mas aparentemente é contornável para vocês.--- Já que esta é a Assembleia do Povo, o povo de Almada vem aqui fazer que muitas das vezes não é feito pelos nossos eleitos.-----

Apresentamos hoje a petição Almada sem (E)Calma, assinada por 4163 subscritores em que exigem o fim da Ecalma porque que é uma aparente solução para um problema criado pela própria Câmara Municipal e que na prática não soluciona nada e que muitas vezes só dificulta. Devido às obras de requalificação que ocorreram no centro de Almada, centenas de lugares de estacionamento foram destruídos sem que os mesmos tivessem sido repostos. Em vez disso, foi criada uma Empresa Municipal que penaliza o cidadão automobilizado que ficou sem alternativas sem ser a pagar. Considerando que o problema não é a gestão do estacionamento, mas sim a falta deste, os 4163 subscritores desta petição vêm por este meio exigir à Câmara Municipal de Almada que a ECALMA suspenda a sua actuação. Nós queremos uma alternativa, não queremos uma cidade sem regras, queremos uma solução que funcione.-----

A entrega desta resma de papel não é o fim deste Movimento porque os subscritores da petição aguardam por uma resposta clara da Câmara Municipal. O Povo elegeu a Senhora Presidente da Câmara por isso gostaríamos que a nós se dirigisse em particular.-----

Esperamos que desta vez nos oiçam, que não nos ignorem considerando que já não somos um punhado de pessoas, somos milhares! Somos 4162! E ignorar 4162 pessoas começa a ser caricato.-----

A Câmara Municipal tem funcionado até aqui com uma prepotência inqualificável ao não aceitar sugestões e críticas dos cidadãos que há tanto se manifestam, acusando-nos de destruidores. Tudo o que são críticas é destruir!-----

Pois bem. Se criar um Movimento para denunciar um problema é destruir, se juntar a população em torno de uma causa é destruir, se demonstrar que isto não é má vontade mas uma realidade é destruir. Pois bem, então é verdade, nós realmente somos destruidores. Somos destruidores do que está mal e somo construtores de um futuro ideal para a cidade de Almada.-----

Passo então a entregar as assinaturas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.7 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município João André, morador na Rua António Nobre, nº 9 - 6º Dtº - 2800-260 Cacilhas.-----

5.7.1 - O Exm.º Senhor Município João André:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu venho cá falar de uma questão que já é antiga, que é a questão dos graffitis e das pinturas em Almada que se prolonga já há vários anos e que ninguém faz nada sobre ela. Nós na JSD, venho em representação da JSD, temos recebido várias queixas, temos recebido muita coisa, resolvemos fazer uma pequena compilação daquilo que achamos que é grave e tem que ser tomada uma atitude em relação a isto. Mais do que um discurso eu passo a mostrar as imagens que isso é que é importante, ainda há bem pouco tempo a Rua Luís Queirós foi vandalizada durante a noite, a Caixa Geral de Depósitos, a Cetobriga como podem ver. Não estamos a falar de sítios que estão murados ou que estão tapados, ou que são muros públicos, não. Estamos a falar de lojas, foram completamente vandalizadas e algumas, nós sabemos que os proprietários ainda não conseguiram limpa-las. Portanto, estão aqui os exemplos para quem quiser ver. E nós achamos que se calhar isto não se passava só na Rua Luís Queirós, portanto fomos ver noutros sítios, a verdade e que encontramos exemplos por Almada inteira. Estes que eu tenho aqui são apenas meia dúzia deles, mas pior do que isso, pior do que não se fazer nada sobre isto, foi que uma outra questão que nós achamos que ainda é pior, que é: este Executivo Camarário não dar o exemplo e não só, não dá o exemplo como ainda segue a política das mesmas pessoas que fazem este tipo de murais e este tipo de pinturas. Que é fazerem coisas políticas nos murais públicos e depois sujarem também as paredes da cidade. Como acontece em muitos casos, aliás, há casos até em que os primeiros murais que aparecem são exactamente os murais políticos do PCP e depois a seguir as pessoas tomam a liberdade de preencher o resto. Portanto este é o exemplo que é dado. E depois o que acontece é isto. Eu não sei se isto é permitido ou não, a verdade é que isto é um mau exemplo. E portanto, quem faz os graffitis, e eu até estou à vontade para falar que eu até tenho formação em arquitectura, portanto a área da arte é uma área que me interessa. Quem faz isto e vê o Partido que comanda a nossa Câmara fazer isto, qual é o moral que eles têm para perseguir estas pessoas. Ainda há bem pouco tempo em Viseu houve três militantes da Juventude Comunista Portuguesa que foram condenados por andar a pintar murais na Cidade, podem vaiar à vontade eu sei que é incomodo, a Cidade está toda suja, mas os Senhores são os percursos disso também. Portanto, nós fazemos o nosso trabalho, nós gostamos de estar em contacto com as pessoas e portanto fizemos aqui uma mini compilação, mas se quiserem nós disponibilizamos para fazer a compilação de todos os problemas que há na Cidade, só que se calhar em vez desta meia dúzia de folhas vamos ter é que apresentar uma enciclopédia. Mas estamos disponíveis, e mais estamos disponíveis também para limpar, porque se a Câmara não consegue, ou não sabe, ou não tem os meios, nós estamos disponíveis. Arranjem-nos os meios que nós pintamos, se não tiverem falem connosco que nós também disponibilizamos os meios e as pessoas e também vamos limpar a cidade. Agora, há aqui uma questão meus Srs., o exemplo tem que vir de cima, se o exemplo não vem de cima isto é uma cidade sem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

regras, ou então uma cidade que segue regras que não servem para todos ou só servem para alguns. A meu ver qualquer partido, qualquer proprietário de uma loja, qualquer pessoa pode fazer um mural sem pedir autorização, podem fazer publicidade, portanto chamem-lhe demagogia, chamem-lhe o que quiserem, mas os exemplos vêm de trás, vêm de cima. Nós deixamos aqui isto, se calhar não vai servir de nada, mas pelo menos nós dormimos a noite de consciência tranquila."-----

5.8 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Amadeu Dinis Vaz, morador na Rua Machado Castro, Lote 86 - 2820-097 Aroeira.-----

5.8.1 - O Exm.º Senhor Município Amadeu Dinis Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui denunciar ou tentar prevenir uma situação bastante caricata que acontece precisamente numa zona intermédia entre a Aroeira e Vale Bem, ou mais propriamente dito, junto ao Colégio do Vale. Acontece o seguinte: fizeram um grande muro com aquelas parte de cimento para dividir aquela estrada que vai do Colégio do Vale, que vai para a rotunda da Marisol.-----

Antigamente os carros que saiam do Colégio do Vale iam para baixo em direcção à Marisol, tudo bem. Como aquilo foi fechado o que é que acontece? Os carros saem pela parte de trás do Colégio e ali naquela curva pela parte de trás do Colégio, e ali naquela curva em frente do Colégio fazem ali inversão de marcha. Ora aquilo na altura das aulas é um pandemónio, os carros como fazem inversão de marcha, quem vem da Aroeira estão constantemente a chocar. Durante a semana chega a acontecer vinte e trinta acidentes, claro que não são muito graves, mas muitas vezes são graves porque acontece que os carros que vêm da rotunda da Marisol vão lançados e aparecem ali os carros a fazerem inversão de marcha e isto são acidentes constantes. Eu não venho dar aqui a solução obviamente, mas gostava que alguma coisa fosse feita neste sentido, porque é chapa batida a toda a hora, isto só poderá ser bom para os homens das oficinas, portanto vamos ver se é possível fazer alguma coisa neste sentido, porque é uma situação muito grave que acontece."-----

5.9 - Usaram da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara; o Sr. Vereador José Gonçalves e a Sr.ª Deputada Municipal Ermelinda Toscano.-----

5.9.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Município António Dias, breves considerações relativamente à questão que nos trouxe. Primeiro, para me associar a todas aqueles que adquirem formação académica trabalhando. Temos muitos exemplos efectivamente, até nesta sala. Teríamos muito para dizer relativamente ao apoio municipal a essas situações. Segundo, para dizer que relativamente à queixa apresentada ao Provedor de Justiça nada tenho a dizer, é um direito e os cidadãos devem exercer os seus direitos. Terceiro, para dizer que fui contactado pelos jornais, admito que não tenha sido o Provedor de Justiça a comunicar aos jornais a apresentação da queixa e o teor dessa queixa. Comentei naturalmente, dizendo o que reafirmo aqui, é que uma política municipal de recursos humanos não é feita a pedido, é ponderada tendo em conta o interesse público e opções que são opções naturalmente de projecto. Depois, que todos os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadores do Município como qualquer cidadão tem o direito de ser opositor a um procedimento concursal. E consideramos nós que esse é um modelo mais adequado para seleccionar os melhores. É com regras, é com divulgação dessas regras, é com um júri que assume responsabilidades naturalmente em processo de selecção que se deve fazer a selecção para cada um dos postos de trabalho. Não é apenas porque um trabalhador adquiriu habilitações académicas que seja ele no Município de Almada, qualquer outro serviço se abre um posto de trabalho. Esse posto de trabalho abre-se quando o serviço precisa dele e quando há razões para criação desse posto de trabalho."-----

5.9.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu começava por dizer que na Câmara Municipal de Almada sempre se tem dado a oportunidade aos trabalhadores do nosso Município para poderem progredir na sua carreira profissional. Há trabalhadores na Câmara Municipal de Almada, que começaram como jardineiros ou viveiristas, que tiveram a oportunidade de progredir na sua carreira passando à área administrativa, que tiveram oportunidade de adquirir formação superior com naturalmente as possibilidades que o Município também criou, não só em função da Lei. O Município também tem vindo a apoiar os trabalhadores no sentido de adquirirem formação superior àquela que detêm, mas obviamente que é necessário que todas as pessoas sejam colocadas em pé de igualdade dentro da Câmara relativamente ao acesso a outras carreiras profissionais. E é isso que se faz. Há pessoas que podem não se conformar com os resultados dos concursos, recorrer, voltar a fazer concursos e afinal novamente se comprovar que não eram os melhores, mas têm legitimidade para isso, a Lei possibilita-lhes esse recurso e naturalmente cada um utiliza as prerrogativas que a Lei lhe confere. Vivemos em democracia, cada um recorre também às instâncias que entende dever recorrer, agora que ninguém diga que oito anos de apoio a um Operador de Filmagem, transportando ao ombro um equipamento de apoio a essa função que corresponde a uma experiência jornalística. Eu quero aqui com toda a frontalidade também dizer isto. Também é necessário naturalmente que cada um procure qualificar-se, porque progredir na sua carreira face às aptidões académicas que entretanto tiveram oportunidade de adquirir, como também quando se dá um estágio a um motorista não significa que logo a seguir o estagiário, porque adquiriu uma formação superior deixa de ser motorista para ir desempenhar outra função.-----

Foi uma oportunidade que o Município deu a essa pessoa de adquirir alguma outra experiência, enquanto estagiário numa outra função. Portanto, uma Câmara magnânime, uma Câmara que trata bem os seus funcionários, que dá oportunidade a todos e que tem um grande respeito por todos. E também pelo recurso que cada um entende fazer às prerrogativas que a própria Lei lhes dá.-----

Queria deixar uma palavra à Sr.^a D. Ana Paula, de felicitações pelo Projecto Social Integrado de Crianças o "PSIC" que aqui nos deu a conhecer. Muito obrigada, porque considero que foi uma atitude de grande elevação na medida em que, enfim, estando a Comissão de Moradores que conhecemos há muito tempo, a Associação de Moradores que é daquelas que ainda subsistem, de um conjunto muito amplo que foi criado a seguir ao 25 de Abril, esta é verdadeiramente uma Associação de Moradores do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

período revolucionário, é de facto com muito trabalho feito e que continua na senda de uma intervenção nestes novos tempos preocupada com as novas problemáticas e a procurar intervir também na situação social difícil em que nos encontramos. Parabéns, não desistam, nós naturalmente iremos acompanhar o vosso projecto com todo o carinho e com toda a atenção.-----

Relativamente ao Centro de Arqueologia, naturalmente que tendo sido transmitido nesta Assembleia, mas também como foi dito à própria Câmara Municipal, não deixaremos de promover os contactos institucionais que as diferentes situações exigem também para perceber e para cooperar com a Direcção Regional de Educação. A Câmara Municipal apoiou o Centro de Arqueologia de Almada na construção das instalações financiando praticamente por inteiro as instalações do Centro, lamentamos muito o que sucedeu e naturalmente em conjunto certamente que se acautelará a situação grave que aqui deixou, por parte da Direcção Regional de Educação com quem temos trabalho feito nomeadamente também na própria Escola, no acesso à Escola que foi feito através de um protocolo de colaboração entre a DREL e Câmara Municipal. De qualquer maneira obrigada também pelo alerta, pela minha parte não tinha presente este problema e tendo sido trazido à Assembleia, queria agradecer à Sr.ª D. Maria do Céu Ramos, também cidadã atenta, o alerta que aqui nos deixou a todos.-----

Queria também deixar nota de que a Loja do Cidadão não há aqui equivoco, de facto a Assembleia Municipal aprovou duas Moções, depois de a Agência para a Modernização Administrativa ter dito que o Centro Comercial Bica não tinha pé direito suficiente para acolher a Loja do Cidadão. E a Assembleia tomou duas posições que são complementares entre si, que não se contradizem, por um lado apelando à reavaliação da questão técnica colocada, por outro lado dizendo que se por ventura essa questão técnica não for ultrapassável que o recurso às instalações da EDP seja considerado de imediato. Portanto é disso que se trata. A seguir houve já uma reunião com os responsáveis da Agência para a Modernização Administrativa, pediram mais elementos sobre o Centro Comercial M. Bica, estão a analisar, não temos resposta, mas a Assembleia Municipal será como tem sido até agora sempre informada da evolução que venha a haver sobre este processo.-----

Queria também deixar nota ao Sr. Sérgio Pereira, que nós também na Câmara reunimos à primeira e terceira quarta-feira de cada mês, e fazemo-lo a partir das 18 horas, atendemos os Munícipes sem limite de tempo e também depois da Reunião acabar ficamos sempre para continuar a conversar, esclarecer, tomar notas, de modo a que os assuntos que possam preocupar os Munícipes, os cidadãos possam depois ser encaminhados para os serviços. Obviamente que na Assembleia Municipal não temos condição de responder, são muitos processos, o processo que o Sr. aqui referiu é um processo de 2006, mas existem inúmeros processos na Câmara Municipal, a nossa Vereadora Amélia Pardo tomou nota do número do processo, irá ver, se quiser fazer chegar o seu número de telefone naturalmente que depois será dada a respectiva resposta. O que nós queremos é que haja um máximo de legalizações desde que as casas tenham condição de ser legalizadas, desde que as urbanizações tenham sido reconvertidas e portanto com alvará emitido. A seguir o que desejamos é que os processos de legalização sejam rapidamente concluídos e portanto estamos muito motivados e empenhados, com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

certeza como todos vocês para que haja cada vez mais processos concluídos. Muito obrigada de qualquer modo por ter vindo, mas se quiser regressar num outro momento ao contacto connosco faça favor.-----

Temos todo o respeito pelos direitos dos cidadãos, a ECALMA para nós é uma necessidade, para alguns cidadãos e com certeza com todo o respeito, não é, respeitamos, mas nós também temos a legitimidade de decisão que foi tomada. A Assembleia Municipal aprovou a criação da ECALMA, os estatutos da ECALMA e a respectiva decisão para que fosse constituída por escritura pública, foi tomada pela própria Assembleia Municipal, funciona, existem oitocentos lugares neste momento, a questão do estacionamento que aqui é trazida não foram muitos os lugares de estacionamento que foram eliminados, de qualquer modo o número de lugares de estacionamento criados, nomeadamente os oitocentos lugares criados em parque de estacionamento que dentro de algum tempo estarão a funcionar são consideravelmente superiores àqueles que tiveram que ser eliminados. Portanto, mas admito que haja quem não goste, de qualquer modo também temos a legitimidade da decisão da Assembleia Municipal e a legitimidade dos cidadãos que nos deram condição para quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal tomarmos as decisões em nome de todos os cidadãos do nosso Concelho. Todo o respeito por todos.-----

Em relação à problemática aqui referida como graffiti, gostava de dizer que de facto o problema não é o graffiti, o problema é o tag. Relativamente ao graffiti queremos e estamos a trabalhar para enquadrar os jovens e foi criado inclusivamente um projecto relativamente a esta matéria, portanto é uma arte informal, que já teve o seu primeiro momento com vários jovens a apresentarem os seus projectos, a concretiza-los e a receberem prémio para frequentarem Escola de Arte, Escola de Formação Artística. Outra questão são os tags. De qualquer modo também gostaria de dizer isso sim, os tags é um problema desde as auto-estradas, em todo o lado, até em prédios particulares, muitas vezes no último andar dos prédios lá estão os tags. É um problema do nosso tempo, já começou há muito mais tempo, na Holanda, em Amesterdão, etc., tem vindo a proliferar pelo mundo inteiro, pelo mundo inteiro, eu diria, para além da Europa é pelo mundo. É negativo porque a cidade com esta proliferação dos tags fica desqualificada, é verdade. O graffiti precisa de ser acarinhado e portanto a partir desta tendência e desta competência que os jovens têm é possível descobrir grandes artistas, eles existem, grandes artistas ao nível do graffiti, internacionais, grandes nomes desta arte informal, os tags não queremos também. Mas há uma coisa que é importante distinguir entre a propaganda política e a questão do tags. Esta Assembleia Municipal, não neste momento, mas noutros, aprovou uma postura relativamente a estas matérias e obviamente que todos os eleitos locais de todas as bancadas não poderiam censurar a liberdade de propaganda política, isso ficou absolutamente consignado na Portaria respectiva, isso faz parte e está absolutamente consignado por decisão dos representantes do povo neste parlamento do povo, ficou absolutamente consignado. E portanto, não podemos confundir e eu queria aqui ajudar o nosso Jovem a ter presente a diferença entre estas coisas. Mas também sugeria que houvesse moderação na forma como se dirige à Câmara Municipal, porque aconselho alguma moderação. Todos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nós fomos eleitos pelo povo, temos as nossas competências, gerimos a nossa Câmara com essas competências que nos foram dadas e também as competências que a Lei da República nos determina e portanto gostaria que isso também fosse considerado quando aqui ou acolá se dirigir este jovem, em concreto à nossa Câmara Municipal que é a nossa Câmara escolhida pelo povo de Almada, que tem uma composição plural e que portanto assim deve ser considerada e respeitada.-----

O Sr. Dinis Vaz trouxe aqui uma preocupação, claro que o grande problema está em que os carros fazem inversão de marcha e provocam acidentes, mas deixa uma preocupação que tem a ver com o separador em betão e a necessidade de se olhar, avaliar, perceber e ver se existe alguma necessidade de ajustamento naquela artéria que é a Avenida do Mar.-----

Muito obrigada também pela sua contribuição."-----

5.9.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas para dizer uma resposta ao Sr. António Dias, trabalhador deste Município, é que a política de gestão dos recursos humanos também tem sido desde o mandato anterior e neste uma preocupação bastante presente naquilo que tem sido a política geral do Bloco de Esquerda. Temos feito, e disso são prova sucessivos requerimentos, como digo desde o mandato anterior e no presente, que felizmente têm obtido respostas, mas as respostas são insuficientes e às vezes com informações contraditórias. Tentamos e vamos continuar a tentar obter respostas àquilo que nós também consideramos que são algumas dúvidas muito acutilantes e que o Sr. António Dias, algumas levantou aqui hoje também, porque se é verdade o que a Sr.^a Presidente acabou de dizer, que a política e o Sr. Vereador também, a política de gestão de recursos humanos é para todos, todos têm que ter oportunidades, há algumas coisas que ainda continuam a não estar explicadas, porque é que essa política e essas oportunidades são dadas a determinados e não a todos, porque em 2008 e em anos anteriores a Câmara fez centenas de requalificações, aquilo que é hoje a mobilidade intercarreiras e não permite a outros, é só uma dúvida que nos fica e gostaríamos, porque até agora não foi objectivamente clara e de forma transparente obtida uma resposta."-----

5.9.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Permitam-me que aproveite este momento para manifestar em representação do Órgão Deliberativo, da nossa Assembleia, o mais profundo agradecimento à Direcção do Agrupamento e em particular à Direcção da Escola e à sua Professora Coordenadora Manuela Barradas Domingues a disponibilidade das instalações e o apoio à realização desta Sessão Pública da Assembleia Municipal. Mas gostaria ainda de assumir um agradecimento ainda mais sentido, porque o acto vai muito além da relação institucional, que foi o carinho com que nos receberam materializado por esse mimo feito pelas crianças - artísticas separadoras de páginas - com a sugestiva frase "Ler ... é um prazer!" e que foi distribuído à Sr.^a Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, à Mesa da Assembleia e alguns Srs. Deputados Municipais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Muito obrigado Senhora Professora, também agradecimentos aos Alunos e seus Professores, bem-hajam."-----

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

6.1 - Usaram da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena.-----

6.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Entramos no Período de Antes da Ordem do Dia e dar-vos nota dos documentos que estão para consideração dos Srs. Deputados Municipais:-----

Temos um Voto de Pesar pelo falecimento de Rosa Coutinho e dois Votos de Pesar pelo falecimento de José Saramago. Depois temos Moções sobre o "Estado do IC20", a "Escola do 1º Ciclo de Pêra", sobre a "Reabilitação Urbana", sobre "Aumento dos Transportes", "Os Grandes Investimentos Públicos", o "PEC e a Acção das Autarquias", o "IC32 - CRIPS", "ECALMA", "Zona Pedonal de Cacilhas" e sobre "O Dia da Cidade". São estes os documentos que estão em apreciação pelos Srs. Deputados Municipais.---

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Para uma interpelação à Mesa, o CDS fez entrega de três projectos de deliberação que também são para apreciação e votação."-----

6.1.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, os documentos que refere foram recepcionados às 16H59 um, às 16H33 outro, e às 16H49 outro, por isso, nos termos do artigo 40º não serão apreciados nesta sessão."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O artigo 40º no seu número 8, prevê que são iniciativas previstas na alínea c), do nº 1, do artigo 16º, e se formos ao artigo 16º, a alínea c) diz: apresentar por escrito Moções e Votos de Louvor, Congratulação, Saudação, Protesto ou Pesar. Os projectos de resolução, deliberação ou recomendação estão na alínea b), que não está prevista neste nº 8, do artigo 40º. Explicitamente não está, está explicitamente a alínea c) e não a alínea b), ora isto são três projectos de deliberação que estão na alínea b), do nº 1, do artigo 16º, como direito de Deputados Municipais e gostaríamos então que elas fossem consideradas e votadas."-----

6.1.2.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado Municipal;-----

Não vamos agora aqui encetar um debate regimental de um procedimento inequívoco. O Sr. Deputado Municipal António Maco esteve na Reunião de Representantes, soube o que é que foi aprovado, soube o que é que foi consensualizado. Pretende recorrer da decisão da Mesa?"-----

6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pretendo sim."-----

6.1.2.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Então está presente o recurso, vamos votar a decisão da Mesa. A Mesa não admite os seus documentos para apreciação e votação porque as Moções não cumprem as disposições regimentais"-----

6.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente;-----

Não são Moções, são projectos de deliberação Sr. Presidente, são projectos de deliberação são um direito dos Deputados Municipal, segundo a alínea b), do nº 1, do artigo 16º."-----

6.1.2.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado Fernando Pena está a incorrer num erro de interpretação pois os projectos de deliberação que menciona referem-se ao período da ordem do dia e na materialização de competências legais da Assembleia e não no período de antes da ordem do dia em que nos encontramos."-----

6.1.2.8 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Vamos então votar o teor do recurso interposto pelo CDS-PP."-----

6.1.2.8.1 - Submetida a votação a decisão da Mesa de não admitir para apreciação e votação os três

documentos apresentados pelo CDS-PP foi a mesma aprovada por maioria com 32 votos a favor (de eleitos da CDU e do PS, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda e Trafaria), quatro votos de abstenção (de eleitos do PSD e do BE, inclusive da representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e dois votos contra (dos eleitos do CDS-PP).-----

6.2 - Para apresentação de Votos de Pesar, usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Vitor Barata

(apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho); Sérgio Taipas (apresentando Voto de Pesar e Homenagem a José Saramago por ocasião do seu falecimento) e Maria Odete Alexandre (apresentando Voto de Pesar José Saramago).-----

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Barata (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar -----

(Pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho) -----

Faleceu no passado dia 2 de Junho, após doença prolongada, o Almirante Rosa Coutinho. Enquanto militar, participou activamente no Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime fascista em 25 de Abril de 1974, tendo sido um dos dois representantes que o ramo da Marinha indicou para integrar a Junta de Salvação Nacional.-----

A morte do Almirante Rosa Coutinho representa o desaparecimento físico de uma das personalidades que assumiram maior relevo na Revolução de Abril, pela intransigente defesa que sempre colocou dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ideais de Liberdade, da Democracia e do Desenvolvimento para o seu País e para o seu Povo, conforme previstos no Programa do Movimento das Forças Armadas.-----

Os trabalhadores, o povo português em geral, perdem igualmente com o seu desaparecimento físico, um aliado de todas as horas e um amigo de todos os momentos.-----

O Almirante Rosa Coutinho, então Capitão-de-Fragata, foi indicado pelos oficiais da Marinha do Movimento das Forças Armadas para integrar a Junta de Salvação Nacional logo na noite de 25 para 26 de Abril de 1974, assumindo de imediato uma posição clara na defesa dos valores mais genuínos que nortearam o Movimento que derrubara o fascismo algumas horas antes de assumir aquele cargo na Junta de Salvação Nacional. No desempenho das suas funções, coordenou durante algum tempo o Serviço de Extinção da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa.-----

O Almirante Rosa Coutinho desempenhou igualmente um papel de grande relevo em todo o complexo mas fundamental para a vitória da Liberdade e da Democracia no nosso País, processo de descolonização, particularmente na sua acção enquanto Presidente da Junta Governativa de Angola entre Outubro de 1974 e Janeiro de 1975, altura da assinatura dos Acordos de Alvor entre o Governo de Portugal e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola – MPLA, FNLA e UNITA.-----

O Almirante Rosa Coutinho manteve-se, até ao final da sua vida, integralmente fiel aos valores e ideais da Revolução de Abril que ajudou a construir, manifestando permanentemente a sua solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, em particular do seu Povo Português, por uma vida melhor, mais digna e mais humana, mantendo como referência essencial, permanente e orientador a justiça social, a democracia e a liberdade conquistadas na sequência do 25 de Abril de 1974, valores e ideais pelos quais considerava imprescindível continuar e reforçar a luta, porque, nas suas próprias palavras:-----

“Hoje já não há medo da PIDE, da censura, das perseguições políticas (à velha maneira...), mas em contrapartida criaram-se outros medos também inimigos da liberdade: medo do desemprego, medo de não ter condições para uma velhice feliz, medo de não conseguir educar os filhos, medo de não ter acesso à saúde, todos estes medos continuam a existir, e todos eles têm de ser combatidos em nome de uma liberdade que o País conseguiu com o 25 de Abril”.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 29 de Junho de 2010, delibera:----

1. Expressar publicamente o mais profundo lamento pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho.-----
2. Endereçar à sua Família as suas mais sentidas condolências."-----

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar -----

(Voto de Pesar e Homenagem a José Saramago por ocasião do seu falecimento) -----

José Saramago, nas suas próprias palavras, “deixou de estar” entre nós.-----

“O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever”, afirmou, referindo-se ao seu avô materno.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assumindo as suas origens, nelas enraizou a criação das suas personagens e dos seus temas, em profunda relação dialéctica com a sua própria construção como escritor e como pessoa. Nada mais natural que fosse o romance Levantado do Chão que fixou a matriz do seu estilo literário original, ao mesmo tempo que erguia a dignidade de gerações de camponeses alentejanos, contra a injustiça, a exploração e a opressão, valores ético-políticos que permaneceram ao longo de toda a sua produção literária.-----

Com indignação, dúvida e questionamento da vida, da morte e dos dogmas, ironia lúcida, sempre Saramago interpela, provoca, intervém e toma partido. Cruza uma apropriação original da herança literária e histórica com o processo criativo, em que incorpora de modo inovador a forma da frase e a pontuação, num estilo pessoal único. A subversão dos textos, a partir da qual cria um futuro ficcionado na narrativa ético-política inscrita na defesa da liberdade, da democracia, das causas sociais e políticas dos trabalhadores e dos povos na luta pela sua emancipação, é uma marca que acompanha toda a sua obra. Nela, o sonho, a imaginação, o valor da vida do quotidiano, devolvem aos autênticos actores da História real o que as historiografias oficiais lhes quiseram sonegar. Assim é nas incontestáveis obras-primas da literatura portuguesa e mundial que são, entre outras, O Memorial do Convento, O Ano da Morte de Ricardo Reis, A Jangada de Pedra, O Evangelho Segundo Jesus Cristo ou Ensaio sobre a Cegueira.-----

É este profundo humanismo servido por enorme talento que suscitou o seu reconhecimento a nível mundial.-----

No contexto da encenação da sua dramaturgia ou da adaptação de obras suas ao teatro, ópera ou cinema, a Companhia de Teatro de Almada destacou-se levando à cena os textos dramáticos A Noite e Que Farei Com Este Livro? e uma adaptação de O Memorial do Convento.-----

Militante do Partido Comunista Português, desde 1969, por sua reafirmada vontade, assim o foi até ao dia da sua morte. Nessa qualidade participou activamente, ainda no tempo do fascismo, nas lutas travadas pela CDE, por ocasião das campanhas ditas “eleitorais”, de 1969 e 1973, e em múltiplas outras intervenções dos intelectuais portugueses, pertencendo também ao Conselho Português para a Paz e Cooperação.-----

Após a Revolução de Abril, participou militantemente em múltiplas acções, quer de iniciativa partidária, quer no âmbito do movimento operário, popular e cultural. Encabeçou a lista vitoriosa da coligação “Por Lisboa” à respectiva Assembleia Municipal. Foi candidato ao Parlamento Europeu, pela CDU, desde 1987 a 2009. Homem de Abril, antes e depois da “Revolução dos Cravos”, afirmou: “Creio que nada ou quase nada do que fiz depois do 25 de Abril poderia ter sido feito antes” e, assim sendo, também a sua obra é uma conquista de Abril.-----

José Saramago interveio em muitas iniciativas em Almada, deslocando-se ao Concelho, quer no âmbito da sua actividade literária (sessões em escolas e de contactos directos com leitores), quer como militante político, em iniciativas do PCP e da CDU.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O talento e o mérito de José Saramago foram amplamente reconhecidos e consagrados em vida, a nível nacional e internacional, pela atribuição de quase quatro dezenas de doutoramentos honnoris causa, em diversos países da Europa e da América e recebeu duas dezenas e meia de prémios literários muito significativos, atribuídos quer a romances específicos, quer ao conjunto da sua obra, de que poderão destacar-se os Prémios Camões, em 1995, e o Nobel, em 1998. Recebeu ainda honras de Estado e condecorações em diversos países.-----

A Câmara Municipal de Almada consagrou o seu nome na toponímia “Praça José Saramago” e na Biblioteca do Feijó. Foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro da Cidade, no ano de 1999.-----

Nas Intermitências da Morte, naquele dia Saramago não morreu. Deixou de estar o Homem, permanecerá o exemplo cívico e humanista da sua intervenção e, tão eternos quanto o permitir a memória dos homens, o Escritor e a sua Obra.-----

É, pois, tempo de homenagear este português orgulhoso das suas raízes e projectado no mundo como embaixador da língua e da cultura que foram as suas e que são as nossas e prosseguir a defesa dos ideais que abraçou e as lutas que ajudou a travar contras as formas de opressão e os dogmas e pela construção de um mundo melhor.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário, em 29 de Junho de 2010, manifesta o seu profundo pesar pela perda irreparável de José Saramago, apresentando sentidas condolências aos seus familiares, e rende-lhe a grande homenagem que a sua obra exige e merece."-----

6.2.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar -----

(José Saramago) -----

“Viajei pelos cinco continentes, oferecendo conferências, recebendo graus académicos, participando em reuniões e congressos (...) mas, sobretudo, participei em acções reivindicativas da dignificação dos seres humanos e do cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos pela consecução de uma sociedade mais justa, onde a pessoa seja prioridade absoluta, e não o comércio ou as lutas por um poder hegemónico, sempre destrutivas.”-----

O discurso cívico, social, de intervenção, foi sempre marca de José Saramago.-----

Mas quando lemos Saramago, há pelo menos dois conceitos que nos abordam: parábola e talento.-----

Na parábola bíblica (Lucas, 19), o Senhor distribui os talentos pelos seus servos.-----

E Saramago, recebeu os seus, fazendo-os render.-----

Agora que partiu, prestou contas desses talentos. Não a Deus, que ele não reconhecia – não teve esse dom! – mas a todos nós.-----

E nós, cada um à sua maneira, seremos o Senhor da parábola de S. Lucas e reconheceremos nele, o servo bom e fiel.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta ironia de o vermos retratado na Bíblia em cuja interpretação ele excede muitas vezes os limites do razoável, é explicado pelo ateu confesso que sempre foi e por Umberto Eco que o define como “delicado tecedor de parábolas”.

E mais uma vez, a sua genialidade suplanta o choque e somos levados pelo empolgação que a sua escrita nos transmite.

“A língua foi-lhe Pátria” como para Pessoa, mas de forma diversa: para Saramago, a escrita era “uma parede a pintar”, um território de “palavras que ninguém sabe onde vão, nem quantas permanecem”, mas que ele abraçou como o seu avô terá abraçado as árvores que plantara e que sabia nunca mais poderia ver. (post no Blog “Outros Cadernos de Saramago”).

Com dignidade e generosidade, com muita determinação ele apoiou causas e trabalhou incansavelmente.

Na idade em que todos nós consideramos o inalienável direito ao descanso, ele trabalhou e ofereceu-nos páginas conflituosas, mas muito belas e de inegável valor estético.

A sua escrita gloriosa que “fez soar as cordas da alma” (M^a Teresa F de la Veja, vice-presidente do Governo espanhol), é uma verdadeira parábola, construída com “método e disciplina” (como ele próprio descreveu).

Ele, que nasceu de agricultores analfabetos, que foi destinado a serralheiro mecânico mas que enganou o destino com “método e disciplina”, estudou e fez render os seus talentos.

Foi Prémio Camões em 1995 e Nobel em 1998. Recebeu também, em 1999, a Medalha de Ouro da Cidade de Almada.

Mas antes sentiu o desgosto de se ver repudiado pelo Governo do seu próprio País, pelo que decide residir em Lanzarote, onde foi feliz e onde os seus dias terminaram.

Está agora de regresso a Lisboa, onde as suas cinzas repousarão junto à Casa dos Bicos, lugar-sede da sua Fundação e onde, num espaço pleno de simbolismos, Portugal lhe renderá a justa homenagem e o agradecimento pelas obras de valor imenso que nos legou.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 29 de Junho de 2010, enaltecendo o Cidadão e o Escritor, apresenta a toda a família as mais respeitadas condolências.”

6.2.4 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena; António Maco; Miguel Salvado; Ermelinda Toscano e Sérgio Taipas.

6.2.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que manifesto aqui, mais do que uma posição partidária é uma posição pessoal. Não tinha que o dizer, mas fálo-ei para justificar o sentido de voto. Sou cristão católico, apostólico, romano e não o sou em part-time, não sou dia sim, dia não, ou não deixo de o ser nas Assembleias Municipais, e não posso em consciência votar louvores à vida de uma pessoa que dedicou grande parte da sua obra literária a atacar aquilo que me é mais precioso, a minha Igreja e o meu Deus. E porque quando atacam os nossos e diz o povo que quem não se sente não é filho de boa gente, quando atacam os nossos existe



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma posição consistente com estes princípios. E portanto pessoalmente não poderei com a solidariedade de vida a quem sofre a perda de pessoas que lhe são queridas, não me será possível de maneira nenhuma associar-me a estes textos de votos de pesar, porque eles contêm muito mais do que o voto de pesar, contêm o enaltecimento de uma obra. O mesmo em relação ao Sr. Almirante Rosa Coutinho, porque ele defendeu durante muito tempo aquilo que a história provou ser, um erro catastrófico e que custou milhões de mortes à humanidade. E portanto estes são princípios e por eles farei o meu voto no momento seguinte."-----

6.2.4.2 - O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu também sou católico portanto apenas dizer que vou votar a favor destes três votos de pesar embora demarcando-me na integra dos textos."-----

6.2.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Também venho manifestar a minha posição, eu gostaria de dizer que vou votar contra o voto de pesar do Almirante Rosa Coutinho, porque não me identifico minimamente com as palavras que estão neste louvor. Lamento a morte do ser humano, como lamento sempre a morte de qualquer ser humano, e por isso sinto pesar, não reconheço mérito, não reconheço principalmente no período de Outubro de 71 a Janeiro de 75, no período em que ele esteve em Angola, e isso definiu negativamente na minha opinião e na minha forma de ver o seu percurso e a sua vida. E a partir daí viu-se o que ele fez e a reserva a que ele foi mais tarde obrigado. Não vou levantar mais polémicas nem falar mais no assunto, acho que não merece essa atenção, nem esse tempo, nem essa importância. Descanse enfim. Conheço bem esse papel de relevo desse Senhor, sou trabalhador, sou português, sou também angolano e sei que não perdi um aliado de todas as horas nem um amigo de todos os momentos. Eu agradecia respeito pela minha posição da mesma forma que eu respeito os outros que falam e estou calado, e como tal não posso votar a favor de uma pessoa pela qual não sinto pesar."-----

6.2.4.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Mais uma vez boa noite a todos. Eu sinto-me na necessidade de trazer aqui uma declaração de voto, pedir aos serviços para depois fazerem a distribuição porque ela é extensa, na sequência do que aconteceu ontem na Assembleia de Freguesia de Cacilhas. Ela é extensa como digo, vai ser distribuída mas eu passo a ler brevemente para os presentes entenderem o que se passou."-----

Voto de pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho -----

Declaração de Voto -----

Ontem, na Assembleia de Freguesia de Cacilhas, da qual faço parte como única representante do Bloco de Esquerda, a propósito de um voto de pesar, igualmente apresentado pela bancada da CDU, sobre “o falecimento do Almirante Rosa Coutinho”, o Presidente da Assembleia de Freguesia (Miguel Salvado, do PSD, e membro desta Assembleia Municipal) trouxe à colação, para justificar o seu voto contra,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cópia de uma alegada carta que Rosa Coutinho teria escrito a Agostinho Neto, em Dezembro de 1974, afirmando, com veemência, que se tratava de um documento verdadeiro, oficial, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontrava exposto para quem o quisesse consultar.-----

Vários foram os autarcas que, estando a ouvir falar daquela missiva pela primeira vez (era esse o meu caso), ficaram estupefactos ao se aperceberem do conteúdo bárbaro daquela narrativa e, em consequência desse facto, se questionaram sobre qual a posição que deveriam assumir na respectiva votação.-----

Não podendo aceder, naquele momento, a mais informação sobre o assunto, tendo apenas a palavra do Presidente da Assembleia de Freguesia garantindo que a carta era autêntica e, por outro lado, a incredulidade que cada um sentia sobre a veracidade dos actos cruéis que eram atribuídos a Rosa Coutinho, estavam criadas as condições objectivas para que uma dúvida legítima se instalasse na mente da maioria dos presentes levando a que, além dos dois elementos do PSD, houvesse outro voto contra (PS) e cinco tivessem optado pela abstenção (1 do BE, 1 da CDU e 3 do PS). O empate técnico (3 a favor e 3 contra) acabou sendo suprimido pelo voto de qualidade do Presidente e levou a que a Assembleia de Freguesia de Cacilhas tivesse rejeitado o “voto de pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho”.-----

Hoje, depois de ter efectuado uma pesquisa sobre a matéria, não posso deixar de lamentar que o Presidente da Assembleia de Freguesia tenha trazido este assunto à colação, insistindo na veracidade de um documento que, afinal, muito poucos acreditam ser verdadeiro. Para quem afirmou que já investigara imenso sobre o assunto, decerto não seria estranha a polémica gerada em torno daquele documento, mas nem uma palavra foi proferida para elucidar a Assembleia de Freguesia.-----

Escandalizada com o que se passara, bastou-me uma simples consulta na Internet para verificar que a desconfiança em torno da verdadeira autoria daquelas palavras, supostamente escritas por Rosa Coutinho (independentemente de se considerar que poderá não ter tido um comportamento isento no que toca ao processo de descolonização de Angola), tinha fundamentos substantivos.-----

E sobre isso, transcrevo a declaração de voto que apresento, as palavras de Pacheco Pereira (PSD), onde ele acaba por concluir que aquilo é uma falsificação. Não sei nem me interessa, objectivamente eu procurei informação que não tive na altura. E quero justificar que hoje vou votar a favor, apesar de ontem me ter absterido, com base nesta informação que acabei por recolher) escreveu no seu blogue Abrupto, em 05-05 2008:-----

“Uma carta que circula há muitos anos, supostamente escrita por Raso Coutinho a Agostinho Neto, apareceu num livro recente sobre as enormes violências em Angola e foi citado por António Barreto a partir do livro como sendo verídico. António Barreto já corrigiu essa atribuição face às dúvidas suscitadas entre outros por Ferreira Fernandes, admitindo o seu engano. Desse ponto de vista a questão está encerrada.-----

No entanto, a carta merece mais alguma atenção na medida em que é uma fabricação, aliás grosseira, que pode ter sido feita ou por um habilidoso envolvido nos eventos ou por um serviço qualquer de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desinformação. O seu objectivo é fazer uma campanha negra, contra Rosa Coutinho, que não precisava da carta para ter tido um papel sinistro nos eventos da descolonização de Angola.-----

Já li, por razões profissionais do meu trabalho histórico, literalmente milhares de documentos oriundos do universo comunista, não só os escritos com “língua de pau”, mas também os mais escondidos de todos, cartas com instruções secretas, relatórios do NKVD e do KGB, actas de encontros, comunicações de espionagem, papéis de policia, denúncias, relatos de tortura, manuais de guerra revolucionária, e nunca encontrei um único documento genuíno que corresponda no teor, conteúdo e linguagem à carta atribuída a Rosa Coutinho. Pelo contrário, encontrei múltiplas fabricações exactamente iguais.-----

Nenhum comunista secreto ou público escreveria isto: “após a última reunião secreta que tivemos com os camaradas do PCP...” Se é secreta não se nomeio nem se diz com quem foi. E muito menos se poriam num papel perguntas retóricas como esta: “Não dizia Fanon que o complexo de inferioridade só se vence matando o colonizador? camarada Agostinho Neto, dá, por isso, instruções secretas aos militantes da MPLA para aterrorizarem por todos os meios os brancos, matando, pilhando, incendiando a fim de provocar a debandada de Angola”. Mais ainda este absurdo: “Sede cruéis sobretudo com as crianças, as mulheres e os velhos para desanimar os corajosos” Tudo resto é assim, tão de encomenda, tão destinado a suscitar a repulsa, caso viesse a público, como absurdo.-----

Há documentos genuínos com este tom, mas em movimentos doutro tipo, milenários, religiosos, étnicos, mas não existe nada de parecido no movimento comunista. Eu não estou a dizer que os comunistas não possam cometer as maiores atrocidades, cometeram-nas na URSS, na China, no Camboja, em África, mas não as colocam no papel assim.-----

Espero que mais ninguém se engane com esta falsificação.”-----

Apesar de cada um ser livre de acreditar no que quiser e ter direito a expressar a sua opinião como pretender, já acho duvidoso do ponto de vista ético que alguém se sirva de um documento de questionável autenticidade para fundamentar uma posição pessoal.-----

Posto isto, e apesar de na Assembleia de Freguesia de Cacilhas ter optado pela abstenção, votarei a favor do “voto de pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho” apresentado nesta Assembleia Municipal.”-----

6.2.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Deputada eu não vou entrar mais em polémica, como já lhe disse eu se quisesse tinha apresentado também hoje o documento, eu também tenho exactamente a mesma fonte, mas ao contrário da sua, e já ontem lhe disse isso e já tive oportunidade de pôr hoje essa informação disponível na Internet, como sabe. Por isso eu não vou entrar mais nessa polémica. A verdade é que não é só por isso, é por muito mais do que isso que eu tenho a posição que tenho e assumo a posição que tenho. Se a Sr.^a Deputada ontem se sentiu confundida e atrapalhada é um problema seu, eu sei o que votei e a minha bancada também sabe o que votou, a partir daí cada um tem obviamente a liberdade para ir informar-se, tentar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

saber, discutir, discordar ou concordar. Agora, eu apresentei aqui alguns motivos e isso não invalida a minha posição, que a minha posição não é só por causa disso, é por muito mais e quando quiser eu tenho todo o gosto em discutir consigo pessoalmente este assunto, até para trocarmos algumas ideias porque de certeza tenho muito também a aprender."-----

6.2.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente aos Votos de Pesar em apreciação, em relação ao Voto de Pesar do PS sobre José Saramago, nós vamos votar favoravelmente por acreditarmos que foi de boa fé que este texto foi escrito, trata-se de uma grande elogio a José Saramago, de modo algum uma homenagem. Porque entendemos que uma homenagem deve respeitar o homem e o escritor que ele foi, o que o voto de pesar no nosso entendimento não faz. De qualquer modo é um sincero elogio ao escritor e que deve ter o nosso voto favorável."-----

Em relação ao voto de pesar acerca do falecimento do Almirante Rosa Coutinho, começemos por, não sendo juízes em causa própria, ler aqui três linhas: "Rosa Coutinho é por ventura o Militar de Abril mais caluniado sobre quem inventaram uma série de falsidades, conseguindo criar-lhe uma imagem muito distorcida, principalmente na sua acção em Angola onde Rosa Coutinho se portou sempre como português e nunca como agente ao serviço de qualquer potência estrangeira. Apesar de claramente desmontadas, esclarecidas e desmentidas desde 74, ainda hoje correm falsidades a seu respeito, sendo previsível que com a sua morte voltem a ser difundidas. Quero por isso manifestar o meu total repúdio por essas calúnias e enaltecer a acção de Rosa Coutinho como Militar de Abril e como cidadão e as suas qualidades humanas". São palavras do Coronel Vasco Lourenço. Depois disto haverá que dizer apenas o seguinte, é evidente que toda a gente nesta Assembleia, ou em qualquer sítio pode e deve naturalmente votar com as suas opções ideológicas e há quem goste do Almirante Rose Coutinho e obviamente haverá quem não goste das opções que tomou, do homem que foi e daquilo que fez, mais do que legítimo e aceitável. O que é absolutamente inqualificável, miserável e vergonhoso, é trazer argumentos que são, que já foram desmontados, desmentidos há anos, anos e anos e basta uma análise com um mínimo de inteligência de um texto timbrado da Repartição do Gabinete do Governo Geral da República Portuguesa ainda no Estado de Angola pelo Vice-Almirante Rosa Coutinho, dirigida a Agostinho Neto e que tem todos os ingredientes que era típico antes do 25 de Abril, a PIDE nos documentos provocatórios tentar incriminar tudo e todos, está cá tudo, não falta nada do fadário, está Álvaro Cunhal a combinar secretamente com os soviéticos a tomada de Angola, estão as recomendações de Rosa Coutinho a Agostinho Neto num documento timbrado secretamente a recomendar a Agostinho Neto que mate todos os brancos para que todos fiquem contra os outros movimentos e em primeiro lugar as mulheres, os velhos e as crianças e os comunistas que comiam crianças também, e mais os velhos que nós matávamos com injeções atrás da orelha, é nojento."-----

6.3 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.1 - O Voto de Pesar e Homenagem pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Vitor Barata (CDU), foi aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do BE e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco) e sete votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena).-----

6.3.2 - O Voto de Pesar e Homenagem a José Saramago por ocasião do seu falecimento, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU), foi aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do BE e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco), um voto contra (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).-----

6.3.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento José Saramago, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (PS), foi aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do BE e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco), um voto contra (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).--

6.3.4 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.-----

6.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Estado de conservação do IC-20); Ermelinda Toscano (apresentando Moção/Deliberação sobre Encerramento da Escola do 1º Ciclo de Pêra - Trafaria e Moção/Deliberação Reabilitação Urbana); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação Pelo Investimento de Qualidade em Projectos Estruturantes); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Aumento dos Transportes); José Augusto (apresentando Moção/Deliberação sobre O PEC e a Acção das Autarquias); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre a construção do IC32 - Rodovia de ligação da Trafaria, Charneca da Caparica, Seixal, Coina/Barreiro - Montijo); Almeida Lima (apresentando Moção/Deliberação sobre Esta ECALMA não serve Almada!); Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Zona Pedonal de Cacilhas); Ana Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Dia da Cidade); Sérgio Taipas; o Sr. Presidente da Assembleia Municipal; Luís Filipe Pereira; José Joaquim Leitão; Fernando Pena; Miguel Salvado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Estado de conservação do IC-20 -----

O IC-20 ou via rápida da Costa da Caparica como popularmente é conhecida esta via fundamental do nosso Concelho, tem ao longo dos anos sido alvo de uma enorme falta de manutenção por parte das Estradas de Portugal, entidade pública responsável pela sua conservação. Nos últimos tempos e devido ao muito mal estado do pavimento e das sucessivas avarias do sistema de iluminação têm piorado as condições de segurança para os utentes desta via com consequências graves para todos, sendo um perigo para a segurança rodoviária a circulação em certos troços do IC.-----

Nos últimos tempos têm havido situações de rebentamento de pneus e despistas que resultam quase sempre em graves acidentes que colocam em causa a integridade física dos condutores e acompanhantes. Sabemos que esta estrada está incluída na Concessão Baixo-Tejo e que a responsabilidade deste itinerário vai passar para essa entidade, no entanto é necessário agir neste momento e no presente para colmatar e resolver temporariamente as falhas até à repavimentação total da via, como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida em Junho de 2010 delibera:-----

- Exigir junto das estradas de Portugal e da Concessão Baixo-Tejo que procedam de imediato e com carácter de urgência aos arranjos necessários no IC-20 até ao arranjo total da via.-----

- Que assegurem as condições essenciais de segurança e circulação rodoviária para os milhares utentes que diariamente circulam nesta via estruturante e fundamental do Concelho de Almada."-----

6.4.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

a) Moção/Deliberação -----

Encerramento da Escola do 1º Ciclo de Pêra - Trafaria -----

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 (publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 113, de 14 de Junho de 2010), o Governo estabelece que «os estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos, devendo desenvolver-se até ao final do ano lectivo de 2010-2011 o processo de encerramento de estabelecimentos que não satisfaçam este requisito.»-----

No passado recente (ano lectivo 2006-2007), o encerramento dos estabelecimentos com menos de 10 alunos foi causador de grande polémica e contestação por todo o país, uma vez que a deslocação forçada dos alunos penaliza as famílias e as crianças que perdem as vantagens da proximidade entre o local de residência e o espaço escolar, contribuindo, desse modo, para desagregar as redes de sociabilidade e de entreajuda há muito estabelecidas.-----

Que não haja ilusões: Esta é uma medida de carácter meramente economicista que, mais do que objectivos pedagógicos, visa reduzir custos de funcionamento. Não admira, pois, que seja contestada pelos professores e pelas associações de pais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A sua aplicação contribuirá para aumentar a desertificação de zonas mais isoladas e sensíveis do nosso país, como o são todas as áreas rurais do interior.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 29 de Junho de 2010 delibera:-----

1. Manifestar o seu mais veemente protesto e total desacordo para com esta medida de fecho de escolas com menos de 21 alunos;-----
2. Solidarizar-se com as populações das localidades que, em consequência da aplicação desta medida, se considerem privadas de um serviço essencial como é o da Educação;-----
3. Relativamente à Escola do 1.º Ciclo de Pêra, actualmente com menos de 21 alunos, apoiar a Câmara Municipal de Almada em todas as iniciativas que venha a desenvolver no sentido de que seja assegurada a vontade da Comunidade Local, dos Pais e Professores da Escola e da Autarquia de Freguesia.-----

b) Moção / Recomendação -----

Reabilitação Urbana -----

Apesar da importância decisiva da reabilitação urbana para revalorizar o centro das cidades (contrapondo essa valorização à urbanização dispersa, que pela necessidade de transporte, ou de mais infra-estruturas, tem enormes custos energéticos, ambientais e sociais), a taxa de reabilitação do edificado é, em Portugal, muito baixa – representa apenas 6% do investimento no sector da construção, enquanto a média europeia é superior a 30%.-----

Em Portugal existem, hoje, mais de 5 milhões de casas. Todavia, cerca de meio milhão estão vazias. Só entre 1999 e 2002 foram construídas, em média, 106.000 casas/ano, 12 casas/hora, uma casa de 5 em 5 minutos. E o sector da nova construção cresceu a uma taxa dez vezes superior à média europeia. Apesar dessa constatação, continua a haver no nosso país centenas de milhares de pessoas sem habitação digna.-----

A reabilitação do edificado, para além da importância social, ao possibilitar melhores condições de habitabilidade aos moradores, deve ser entendida, também, como um dos mais importantes instrumentos de combate ao desemprego e à actual crise económica.-----

É, por isso, escandaloso que o Orçamento do Estado para 2010 tenha diminuído, drasticamente, as verbas destinadas ao Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) – aprovado pelo DL n.º 135/2004, de 3 de Junho, com as alterações do DL n.º 54/2007, de 12 de Março – destinado à resolução de situações de grave carência habitacional dos agregados familiares de menores recursos, visando «favorecer a concessão de apoio financeiro para alojamento mediante a reabilitação de habitações e a utilização de fogos devolutos, em detrimento de soluções como a aquisição ou a construção de fogo novos.»-----

Muito embora incumba “ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar... a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam”, certo é que o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (criado pelo DL n.º 307/2009, de 23 de Outubro), veio



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

determinar, muito claramente, que a reabilitação urbana é promovida pelos municípios, passando a ser uma das suas mais importantes competências.-----

Debrucemo-nos, então, sobre a situação no nosso município. Segundo dados apresentados pela CMA no portal online, temos 9.000 casas devolutas. Destas, a maioria está degradada e a necessitar de obras urgentes e muitas estão em completa ruína. Por outro lado, só no final do ano passado tínhamos cerca de 4.000 famílias a viver em casas sem um mínimo de condições de habitabilidade e, aproximadamente, 2.000 pedidos de habitação. A cada dia aumenta o número de famílias que têm de sair das suas casas porque não conseguem pagar as prestações. Cresce, também, o número dos sem abrigo. Um panorama deveras preocupante.-----

Mas, tal como se verifica no resto do país, também em Almada a necessidade quantitativa de habitação é substancialmente inferior às casas vazias disponíveis no mercado: ou seja, haveria materialmente casas para todos se o bem de todos fosse a prioridade da política de habitação.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 29 de Junho de 2010, delibera recomendar à Câmara Municipal que:-----

1. Insista junto dos executivos das Juntas de Freguesia do concelho para que dêem cumprimento ao estabelecido na alínea z) do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com o objectivo de ser efectuado o levantamento exaustivo das edificações degradadas existentes no município e que seja remetida a esta Assembleia uma cópia dessa listagem;-----
2. Dê efectiva prioridade à necessidade de reabilitação do edificado existente no município, como forma de revalorizar o território urbano, ajudar a combater a crise e diminuir a tendência de desertificação do centro histórico das freguesias mais envelhecidas, criando um programa de incentivos à fixação de jovens casais."-----

6.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Pelo Investimento de Qualidade em Projectos Estruturantes -----

Considerando que:-----

- a) Após uma intervenção de muitos anos das autarquias locais, das estruturas regionais e demais agentes do desenvolvimento, foram decididos em 2008 investimentos e projectos da maior importância para a Área Metropolitana de Lisboa e para o País, caso da Terceira Travessia do Tejo (ligação rodo-ferroviária no corredor Barreiro/Chelas), da rede ferroviária de alta velocidade, do Novo Aeroporto de Lisboa ou das plataformas logísticas;-----
- b) Esses projectos têm um potencial estratégico para o desenvolvimento económico, para a dinamização do aparelho produtivo e para a criação de emprego com direitos, e um papel estruturante em particular para a rede de mobilidade, transportes e acessibilidades e para o próprio desenvolvimento e ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa e de todo o País;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- c) A decisão no sentido de concretizar alguns destes investimentos fez com que se desencadeasse um processo de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, processo esse que foi aliás definido pelo Governo «(...) com carácter de urgência e de forma pragmática, atentas a evolução das perspectivas de desenvolvimento económico e social que lhe estão subjacentes (...)»;
- d) Apesar das intenções de rápida concretização inicialmente afirmadas pelo Governo para estes projectos, o Primeiro-Ministro veio em Maio anunciar publicamente o adiamento dos investimentos públicos que ainda não estão adjudicados, em nome da diminuição da despesa pública – tendo apenas sido realizado entretanto o acto de adjudicação do troço Poceirão/Caia, integrante da ligação ferroviária de alta velocidade Lisboa/Madrid;
- e) Perante a crise económica, as falências de micro, pequenas e médias empresas, a estagnação e o desemprego, a resposta indispensável e inadiável que o Estado deve promover é o do incremento do investimento público e não a sua redução; sendo o investimento público de qualidade e a criação de infra-estruturas para o desenvolvimento uma exigência que se afirma para o País, a AML e a Península de Setúbal, tal como o Concelho de Almada tem sublinhado ao longo dos anos;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária a 29 de Junho de 2010, delibera:

- Reiterar que o Novo Aeroporto de Lisboa, a ligação ferroviária de Alta Velocidade Lisboa/Madrid e a Terceira Travessia do Tejo, ligação rodo-ferroviária no corredor Barreiro/Chelas, são projectos estruturantes do território da Área Metropolitana de Lisboa, coerentes entre si e absolutamente indispensáveis à modernização do País."

6.4.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luisa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Aumento dos Transportes

O País, os trabalhadores, os reformados e pensionistas, a juventude, designadamente os filhos das classes trabalhadoras, estão confrontados com a mais grave crise política, económica e social desde o 25 de Abril.

Esta realidade decorre, porque o governo do PS, com a preciosa ajuda do PSD e do CDS, não hesita em sacrificar o povo português, particularmente os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os jovens, os desempregados, em comprometer o desenvolvimento do País, para proteger os interesses dos poderosos senhores do capital nacional e internacional, afinal os únicos responsáveis pela crise e pelo aumento do deficit.

Não satisfeito com as injustas medidas para a generalidade dos portugueses contidas no O.E para 2010, o governo, o PS e seus aliados, com o famigerado PEC, vão mais longe no ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores, aos salários e pensões, à retirada de prestações sociais, às alterações no acesso ao subsídio de desemprego, no escandaloso aumento de impostos, como é o caso do aumento do IVA, nomeadamente sobre bens essenciais provocando um aumento do custo de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vida, enquanto que, por força da taxa adicional sobre o IRS, os salários e pensões vão baixar.-----
Neste contexto de profunda crise social o governo anunciou o aumento de 1.2% nos transportes. Sendo certo que este aumento é inferior ao pretendido pelos operadores privados, não deixa de ser relevante o impacto negativo nos já magros orçamentos dos utentes. Sendo o aumento anunciado superior ao do IVA fica demonstrada a total ausência de solidariedade para com os mais fracos e desprotegidos. Acresce que, entre 2003 e 2007, houve nove aumentos das tarifas, num aumento acumulado superior a 20%, enquanto a inflação verificada foi pouco mais de 11%, e em 2008 os aumentos foram 3,9% e 5,83%, em Janeiro e Julho respectivamente. Aliás as razões que levaram ao congelamento dos preços a partir daí mantêm-se.-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 29 de Junho de 2010 delibera pronunciar-se contra o aumento dos transportes."-----

6.4.5 - O Sr. Deputado Municipal José Augusto (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

O PEC e a Acção das Autarquias -----

As medidas complementares ao PEC, contidas na Proposta de Lei 26/XI, dirigidas ao Poder Local Democrático, constituem um ataque sem precedentes à autonomia na organização, funcionamento e gestão financeira das autarquias locais, contrariando os preceitos Constitucionais.-----

Esta Proposta de Lei mereceu por parte do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, órgão máximo entre Congressos, uma análise aprofundada nas implicações para a vida dos Municípios e conseqüentemente para os seus trabalhadores e populações, tendo resultado uma posição aprovada, através de uma resolução, conforme circular nº 85/2010, e que se dá por reproduzida porque conhecida, permitindo-nos transcrever a síntese das principais medidas proposta pelo Governo:-

- a) Uma nova redução de 100 milhões de euros nas receitas municipais, acentuando-se ainda mais a divergência entre o crescimento dos impostos do Estado e as receitas municipais;-----
- b) Aumento global dos impostos, traduzindo-se em cerca de 34 milhões de euros o aumento da despesa que os Municípios terão de suportar pelo agravamento das taxas do IVA, quer no que se refere a despesas correntes, quer a despesas de capital;-----
- c) Endividamento líquido nulo;-----
- d) Admissões de pessoal proibidas, salvo através duma medida, claramente inconstitucional e ilegal, que pretende permitir que o Sr. Ministro das Finanças possa discricionariamente “ autorizar” as Assembleias Municipais a contratar este ou aquele funcionário. Isto significaria uma alteração, por esta via, da Lei nº 169/99 (das competências e funcionamento dos órgãos municipais), fazendo do Ministério das Finanças o decisor sobre a gestão do pessoal do Município.-----

Estas medidas, se concretizadas, irão provocar, designadamente, impactos terríveis no tecido económico local, com reflexos no aumento do desemprego e no agravamento da crise social existente nos Municípios, impossibilitando-os de continuar a contribuir para atenuar as dramáticas condições de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vida que já atingem muitos sectores da população. Situação que aumentará de gravidade, considerando nomeadamente a diminuição dos salários e pensões provocada pelo aumento dos impostos, IRS e IVA, dos cortes nas prestações sociais e das novas regras de atribuição do subsídio de desemprego.-----

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, no dia 29 de Junho de 2010 delibera:-----

1º Apoiar a Resolução e o Parecer da ANMP sobre as medidas complementares ao Programa de Estabilidade e Crescimento e a Proposta de Lei nº 26/XI do Governo;-----

2º Tornar público as principais conclusões da referida Resolução da Associação Nacional de Municípios, destacando que:-----

"Os Municípios estão cientes da grave crise internacional e da instabilidade dos mercados financeiros que vem atingindo vários países da Europa, e Portugal em particular.-----

Mas os Municípios não contribuíram para a situação desastrosa das contas nacionais e tem sido referido publicamente, pelo próprio Senhor Ministro de Estado e das Finanças, o esforço financeiro do Poder Local para evitar o aumento do défice público.-----

Aliás, se as contas públicas portuguesas fossem proporcionais às contas municipais, Portugal estaria em primeiro lugar no "ranking" europeu no que se refere ao endividamento e ao défice públicos.-----

O Poder Local está solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares.-----

Face à gravidade do momento, o Conselho Geral decide:-----

- Perante os cortes de receitas municipais, e o aumento de despesas provocado pelas novas taxas de IVA e pela necessidade do apoio social de proximidade, a afirmar o seu total desacordo com a retirada de verbas da participação dos Municípios nos impostos do Estado;-----

- Manifestar a não aceitação das medidas de proibição de admissão de pessoal, impossíveis por serem inconstitucionais e ilegais, reafirmando que estas despesas fazem parte dos Orçamentos Municipais, não tendo reflexos directos nas Contas Públicas do Estado;-----

- Considerar que os contributos dos Municípios para minorar o défice público, no âmbito do conjunto de medidas que são propostas, deverão ser assim os que resultam do endividamento líquido nulo e dos apoios sociais de proximidade."-----

3º Apoiar a convocação de um Encontro Nacional de Autarcas para debater as consequências das medidas anunciadas pelo Governo e para apresentar as propostas que permitam às Autarquias continuarem a servir adequadamente as suas populações."-----

6.4.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Sobre a construção do IC32 - Rodovia de ligação da Trafaria, Charneca da Caparica, Seixal, Coina/Barreiro - Montijo -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Verifica-se que se encontra em pleno desenvolvimento a preparação dos terrenos para a construção do IC32/CRIPS - Circular Regional Interna da Península de Setúbal.-----

A via rodoviária IC32/CRIPS deverá estabelecer a ligação da Trafaria - Funchalinho - Nó Lazarim/IC20 (Casas Velhas) - Palhais - Nó da Queimada no Concelho de Almada aos Concelhos do Seixal e Barreiro/Anel Regional de Coima.-----

O Projecto do "IC 32 - CRIPS" obteve do Governo através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional/Secretario de Estado do Ambiente em 6 de Setembro de 2005 a Declaração de Impacte Ambiental favorável às soluções apresentadas no Estudo de Impacte Ambiental - EIA enumeradas na Declaração de Impacte Ambiental - DIA, condicionada à compatibilização com a disciplina respeitante ao ordenamento do território constante dos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente os descritos no Parecer Final da Comissão de Avaliação, e às restrições que são indicadas.-----

Nestes termos é inequívoco que a DIA determina o perfil de 2x2 vias para o troço da estrada do Funchalinho a Palhais/Nó da Queimada no limite do Concelho de Almada com o Concelho do Seixal.----

Após a adjudicação da obra pelo Governo, tem vindo a Câmara Municipal a acompanhar o desenvolvimento do projecto através de contributos técnicos remetidos à EP - Estradas de Portugal.-----

Os projectos de execução do IC 32/CRIPS no Concelho de Almada tiveram a emissão de parecer da Câmara Municipal de Almada através da deliberação camarária aprovada por unanimidade na reunião realizada no dia 8 de Março de 2010 e remetida para os devidos efeitos à EP - Estradas de Portugal e Agência Portuguesa do Ambiente.-----

Na referida deliberação a Câmara Municipal afirma:-----

"Assim, e considerando que:-----

- O Trecho 1 do IC32 - Funchalinho/Lazarim sofre uma desclassificação passando a via de ligação com alteração do perfil da via de 2x2 para 2x3, alterando o Estudo Prévio e apresentando-se em desconformidade com a DIA;-----
- O Trecho 2 do IC32 - Lazarim/Palhais apresenta alterações relativamente ao estudo Prévio destacando-se o aumento do perfil da via 2x2 para 2x3, na extensão Nó do Lazarim/Nó de Palhais, e assim se apresenta em desconformidade com a DIA;-----
- O Trecho 3 do IC32 - Palhais/Nó da Queimada/Laranjeiras mantém o perfil 2x2 vias em todo o traçado apresentando-se assim em conformidade com a DIA;-----
- Foi criado um novo Trecho para o IC32, Trecho 1 - Casas Velhas/Lazarim, com perfil 2x3 (sem ligação, enquanto tal, ao IC 20), não sujeito a AIA, que não constava do estudo Prévio do IC32, e que não se aceita.-----

Considerando ainda,-----

- Que não se encontra contemplada a ligação do IC32 à A2, entre a Amora e Corroios, solução há muito reclamada pelos Municípios, que consiste na criação de um Nó na A2 de articulação com o futuro IC32 e a EN 10, no Concelho do Seixal.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Câmara Municipal de Almada decide:-----

1. Quanto ao Projecto de execução do IC32 - Funchalinho/Palhais/Nó da Queimada, incluindo a ligação à Trafaria, emitir o seguinte parecer, sem prejuízo da expectativa da Câmara de que as contribuições técnicas do município sejam acolhidas em sede de projecto de execução:-----
 - a) O Projecto de execução não cumpre a Declaração de Impacte Ambiental aprovada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente em 06/09/2005 e altera o traçado fixado para o IC32 no Concelho de Almada, pelo que deve ser corrigido, mantendo o perfil de 2x2 do Funchalinho ao Nó da Queimada no Concelho de Almada.-----
 - b) Deverão ser assumidas como ligações do IC32, no Concelho de Almada, a ligação do IC32 do Nó do Lazarim ao IC20 (Casas Velhas) e a ligação do Nó do Funchalinho à Trafaria.-----
2. Reafirmar a importância que assume no contexto da mobilidade, do desenvolvimento económico e da qualidade de vida da populações, em particular da Península de Setúbal, a criação de um Nó na A2 que articule o futuro IC32 e a EN 10 no Concelho do Seixal, e assim a necessidade de que seja contemplada em sede de Projecto do IC32 a sua ligação à A2 naquele Concelho, entre Amora e Corroios.-----

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Pública no dia 29 de Junho de 2010, delibera:-----

- Reclamar a absoluta necessidade de ser atendido com carácter de urgência o parecer constante da deliberação camarária de 8/3/2010 e citada na introdução.-----
- Exigir que o projecto de execução do IC32/CRIPS cumpra a DIA aprovada pelo Governo/Secretário de Estado do Ambiente em 6/09/2005, designadamente que a rodovia tenha um perfil de 2x2 vias.-----
- Solicitar, com carácter de urgência, ao Governo através do Ministério do Ambiente - Secretário de Estado do Ambiente que verifique o cumprimento e faça cumprir a Declaração de Impacte Ambiental emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente em 6 de Setembro de 2005."-----

6.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção -----

Esta ECALMA não serve Almada! -----

De acordo com a proposta já constante do seu programa eleitoral, o PSD defende a extinção da Empresa Municipal ECALMA.-----

Tal como no passado, continuamos a manter todas as reservas e uma clara discordância do modelo vigente em Almada, no que concerne a gestão, exploração e fiscalização das zonas de estacionamento público, e em consequência a própria existência da ECALMA.-----

Sabemos que os problemas de estacionamento e circulação no concelho de Almada não são da exclusiva responsabilidade da ECALMA, no entanto há que assumir a incapacidade desta em minimizar as opções danosas da maioria comunista ao longo dos anos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Há menos estacionamento em Almada, fruto de opções caricatas: ao longo dos anos deixou-se construir sem as respectivas garagens, depois deixou-se mudar o uso de muitas delas para lojas, e terminou-se com um processo de construção do Metro Sul do Tejo e do Plano de Acessibilidades que destruiu lugares sem compensar residentes e comerciantes. Não foram os Almadenses que mudaram, foi sobretudo a Câmara que impôs uma Almada diferente para pior que condicionou a nossa qualidade de vida.-----

O problema não começa por isso com a Ecalma, nem esta faz parte da solução, visto que só tem servido para aumentar o sentimento de revolta da população mostrando que em vez de gestão de estacionamento temos sido sim testemunhas de uma prática de constante penalização. São inúmeros os munícipes que constatarem existir 2 pesos e 2 medidas na actuação dos fiscais o que, hoje, dificulta a vida aos residentes e quem os visita, agravando ainda mais a crise do comércio local.-----

Almada hoje definha na razão directa dos erros crassos e sucessivos cometidos por este executivo camarário.-----

São erros que assentam no facto de se ter copiado o que se fazia por outras cidades europeias sem se ter pensado em adaptar alguns desses princípios válidos à realidade objectiva e a morfologia territorial e urbana de Almada.-----

Voltar a dar um Futuro diferente e melhor aos Almadenses passa por corrigir muitas das asneiras criadas, mas passa também por trazer mais bom senso e capacidade de reconhecer e de agir sobre os erros dos agentes de decisão autárquica.-----

Algumas decisões são mais difíceis e mais morosas, outras são mais rápidas como é o caso da Extinção da Ecalma e por exemplo, a Criação da Polícia Municipal de Almada.-----

A Ecalma não criou empatia com os Almadenses porque não demonstrou utilidade, não formou mentalidades, e tem hoje uma relação demasiado negativa com a comunidade do nosso concelho.-----

As suas práticas desajustadas provam que a Ecalma não é indispensável à nossa vida quotidiana e o seu objectivo social pode melhor ser exercido por outro modelo mais estruturado e que vá ao encontro das legítimas expectativas dos munícipes almadenses.-----

Por tudo isto, e em nome de uma Almada mais cívica, com mais qualidade de vida, o PSD pretende (hoje como o faz desde há muito tempo...) a extinção da empresa municipal Ecalma e que seja desde já iniciado um debate público para encontrar o modelo alternativo.-----

Deliberação da Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de Junho de 2010."-----

6.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção -----

Zona Pedonal de Cacilhas -----

A Rua Cândido dos Reis em Cacilhas sempre foi uma importante artéria da freguesia, com uma forte vocação comercial e também habitacional e vai ser exclusivamente pedonal por decisão e projecto da C.M.A., projecto esse que sendo interessante, pode realmente ser uma mais valia para todos os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cacilhenses e visitantes desta zona tão antiga e digna do nosso Concelho. No entanto, esta solução para que possa realmente funcionar, devem ser evitados os erros cometidos no passado e que subsistem no presente na Zona pedonal de Almada-Centro.-----

A rua Cândido dos Reis tem características muito próprias e únicas no nosso Concelho ao nível do comércio, da idade e dificuldades da população residente e mesmo dos seus visitantes que se deslocam maioritariamente de outros pontos locais para ai usufruírem da bela gastronomia.-----

Não basta fechar e embelezar a rua è necessário que se tomem algumas medidas que evitem que as pessoas deixem de visitar e utilizar esta zona, bem como ter em conta todas as cargas e descargas, acesso de viaturas de emergência, acesso dos residentes às suas habitações e a melhoria dos parques de estacionamento e acessibilidades com segurança a esses mesmos parques.-----

Como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida em Junho de 2010 delibera:-----

- Exigir junto da C.M.A. que sejam tidas em conta todas as especificidades desta artéria tão importante e que sejam acauteladas todas as insuficiências do projecto e necessidades dos moradores e comerciantes.-----
- Que se estude e assegure a criação de uma passagem pedonal entre a rua e a zona do estacionamento do morro de Cacilhas para que seja mais rápido e fácil para todos os moradores, comerciantes e visitantes se deslocarem à futura zona pedonal, melhorando ainda a segurança, limpeza e iluminação deste parque.-----
- Solicitar junto da C.M.A. que seja consolidada a escarpa do morro de Cacilhas na zona das escadas de acesso ao Largo Alfredo Diniz e que sejam reabertas e melhoradas essas mesmas escadas que diariamente são utilizadas por inúmeras pessoas.-----

Gostaria ainda de deixar a informação que esta mesma Moção foi ontem apresentada na Assembleia de Freguesia de Cacilhas e foi aprovada por unanimidade, por todos os eleitos do BE, da CDU, do PS e do PSD."-----

6.4.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção - Dia da Cidade -----

No dia 24 de Junho Almada assinalou o dia da cidade. É um dia de festa e de comemorações. Mas esta data também pode ser encarada como uma oportunidade para se fazer um balanço e uma reflexão para o futuro do nosso concelho.-----

Almada continua a querer ser:-----

- Uma cidade cujo centro tenha vida;-----
- Uma cidade cosmopolita, sabendo unir diversidade e coesão;-----
- Uma cidade que urbanisticamente consiga ser equilibrada;-----
- Uma cidade que responda às necessidades das famílias que nela residem;-----
- Uma cidade socialmente coesa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Partido Socialista, propõe a adopção de 5 prioridades estratégicas e decisivas para o futuro de Almada, a ser apoiadas por medidas para a sua concretização:-----

Assim, em nome de uma estratégia de futuro para o Concelho e de uma postura construtiva de definição de políticas no melhor interesse dos cidadãos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 29 de Junho de 2010 na Sobreda de Caparica, delibera propor à Câmara Municipal de Almada:-----

1. A revogação o plano mobilidade XXI e completar as infra-estruturas viárias, colocando todos os pontos do concelho a uma distância não superior a 30 minutos do centro em transporte público.-----

2. Que esta potencie a relação com Lisboa adoptando uma estratégia ofensiva de captação de investimento moderno e emprego, em competição com outros pólos da área metropolitana de Lisboa, afirmando-o como um concelho ambientalmente sustentável, tornando-o num pólo de nível de nacional das artes do espectáculo e afirmando a Costa da Caparica como grande complexo de praias da capital do país, activo todo o ano.-----

3. O investimento na renovação urbana que tem estado bloqueada, qualificando as áreas degradadas e apoiando a reconversão das AUGI.-----

4. A construção um município ao serviço das famílias, sobretudo da classe média, com crianças em idade escolar dos 6 aos 12, das 7 às 19h – construção de 60 salas de aula que ainda faltam para garantir escola a tempo inteiro no 1º ciclo.-----

5. O investimento numa estratégia de apoio aos idosos, combatendo o seu isolamento e promovendo o desenvolvimento social, em particular nos bairros mais carenciados, pela aposta em parcerias com agentes locais e numa nova política social de habitação sem novas concentrações de pobreza."-----

6.4.10 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É para uma interpelação à Mesa, sobre o que é que nós fazemos à proposta de moção do PSD, sobre "Esta ECALMA não serve Almada", qual é a deliberação que estamos a votar? É uma pretensão do PSD? E o que está no último parágrafo o PSD pretende ..., a Assembleia Municipal de Almada vai votar o que o PSD pretende? É a dúvida que temos. E se votarmos contra, o PSD deixa de pretender?"-----

6.4.11 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Pois, não é fácil. A Mesa tem estado aqui aflitíssima a ver que volta é que havia de dar, ainda chegou a uma conclusão, mas se for aprovada com certeza que se conseguirá dar volta ao texto, e se for rejeitada o PSD também a dará, dará a volta. Mas tem razão na observação que faz"-----

6.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós queríamos pronunciar-mo-nos sobre duas Moções que estão em discussão, uma que quer extinguir a ECALMA e outra que quer revogar o Plano de Mobilidade 21.-----

O Bloco de Esquerda vai votar contra as duas. Por um lado uma diz que pretende uma cidade cujo Centro tenha vida, isto colide frontalmente com a política do Bloco de Esquerda que todo o Concelho de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada seja ele harmonioso, todo ele tenha vida, e estamos empenhados em combater as assimetrias e não trazer tudo para o Centro de Almada e esquecer o resto. "Esta ECALMA não serve Almada". O Bloco de Esquerda tem feito críticas à ECALMA desde sempre nesta Assembleia e vai continuar a fazer. Vai continuar a fazer críticas às atitudes da ECALMA, porque quer ver revisto os Regulamentos da ECALMA, quer que em Almada existam mais lugares de estacionamento, inclusivamente para aproveitar pois não compreendemos porque é que se abandona uma série de situações, o estacionamento em espinha, porque está provado que no mesmo espaço se arrumam mais carros, apenas cortando um pouco o passeio que nalguns casos não teria significado nenhum. Gostaríamos também que houvesse mais pedagogia e mais simpatia. Agora, o que nós achamos caricato nesta Moção do PSD que vem no seguimento legítimo de quem quer acabar com a ECALMA em Almada, é que quer acabar com a ECALMA porque quer a Polícia Municipal. A ECALMA não tem empatia, mas a Polícia Municipal vai ter empatia. A ECALMA multa, mas a Polícia Municipal não vai multar? A ECALMA não tem pedagogia, mas a Polícia Municipal vai dar "casamentos" aí todos os dias. De maneira que isto é um bocadinho demagógico apresentar o fim da ECALMA e o princípio da Polícia Municipal, com uma coisa caricata vindo do PSD, que é para já acabar-se com a ECALMA, depois vamos começar a discutir e logo se vê a que conclusões é que chegamos. Havia de ser bonito. Porque o que é curioso é como é que a nossa capacidade para esquecermos as situações se verifica. A ECALMA tem uma história, nós em Almada tínhamos dificuldade de andar nos passeios e aqui deste lado o Bloco de Esquerda, meio a brincar e meio a sério criou um movimento para restituir os passeios aos peões. Chegou esse dia e agora aí Jesus. O problema é que as coisas fazem-se, passa-se do oito para o oitenta e é essa crítica que nós aqui temos feito. Inviabiliza-se que filhos cuidem dos pais e tenha que se fazer requerimentos para conseguir que isso seja uma possibilidade. Ou seja, há aqui muito trabalho para esta Assembleia Municipal, para modificar o Regulamento, as regras da ECALMA. Nós aqui não temos dúvidas nenhuma sobre isso e vamos continuar a lutar para que isso seja de facto uma realidade, para que não haja tantos carros rebocados, para que haja um pouco mais de tolerância inclusivamente ficando a desconfiança de que por vezes se está à espreita que a pessoa deixe o local para se ir multar a viatura. Vamos falar em conjunto, vamos chegar a conclusões e vamos melhorar o funcionamento da ECALMA a bem de Almada.-----

Porque é bom que a gente se lembre que a artéria principal de Almada que é a D. Nuno Álvares Pereira, em tempos só tinha uma via descendente e outra ascendente. Estes problemas que nós aqui debatemos não são os problemas da CDU, são os problemas de nós todos. E nós não nos podemos esquecer das coisas em função dos interesses político/partidários, porque dá jeito agora vamos mudar de opinião e não queremos a ECALMA. Nós temos que ser responsáveis e temos que ser coerentes com aquilo que desejamos para o espaço onde vivemos. A Av.^a D. Nuno Álvares Pereira mereceu obras, grandes obras para que se ficasse com duas vias, duas descendentes e duas ascendentes. Os que estão aqui, muitos de vocês se lembram que a segunda via que passámos a ter para circular, passou a ser utilizada para estacionamento em segunda fila, e acontecia uma coisa caricata e que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

deixava de ser interessante, é que quem arrumava o carro pagava o parquímetro, e eu arrumava o carro nas devidas condições, ficava com o carro bloqueado porque quem estacionava em segunda fila fica um quarto de hora, vinte minutos, meia hora, e nunca mais o amigo ou se calhar até o vizinho, viesse para tirar dali o carro. Portanto, vamos ser coerentes com aquilo que queremos para Almada. Nós queremos que as pessoas que andam numa cadeira de rodas possam circular em cima de um passeio, não sejam obrigadas a fazer em sentido inverso uma quantidade de metros para encontrar uma saída para a cadeira de rodas, nós queremos que as pessoas que passeiam um bebé em cima de um passeio possam circular em cima do passeio com liberdade, possa evoluir em cima de um passeio sem ter sistematicamente os carros a impedi-lo. E mais uma coisa que nós não nos podemos esquecer. Muitas viaturas eram estacionadas frente a portas de pessoas que se viam impossibilitadas de sair de casa. Eu assisti a isso. Portanto, nós o Bloco de Esquerda não quer a Polícia Municipal de Almada, e o Bloco de Esquerda quer que os Regulamentos da ECALMA sejam revistos, seja mais humanizada a intervenção da ECALMA, dizem que o valor das multas não é a ECALMA que regula isso, queremos que os lugares de estacionamento, que as situações sejam revistas, achamos que em certas situações tem toda a justificação fazer uma pequena obra e mudar o estacionamento para estacionamento em espinha, que é um estacionamento quando chegamos arrumamos o carro com facilidade, para sair é sempre mais fácil do que o carro estacionado em paralelo ao passeio. Há aqui toda uma série de situações que esta Assembleia Municipal devia de acompanhar, temos que ser exigentes para melhorar o papel da ECALMA em Almada. Agora, fazer e desfazer, se é para se desfazer porque é que se fez? Nós temos que estar atentos a estas situações e melhorar aquilo que temos para melhorar, que está ao nosso alcance fazê-lo. Sobre isto queríamos dizer de facto que fica o nosso voto contra esta Moção, com o respeito das pessoas que se insurgem contra algumas atitudes da ECALMA, menos correctas, mas que não estão a perceber que a solução que lhes estão a apresentar da criação de uma Polícia Municipal não é solução nenhuma para Almada."-----

6.4.13 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Antes de mais uma pequena nota, eu quando faço intervenções nesta Assembleia, como qualquer um dos outros eleitos, quer directos, quer os Presidentes de Junta que estão aqui por inerência, fazemo-lo na qualidade que temos aqui e portanto é nessa qualidade, como Deputado Municipal eleito pelo Partido Socialista que eu intervenho e me pronuncio politicamente sobre as propostas. Eu penso que faz sentido fazer esta referência, e gostaria que os Srs. Deputados entendessem esta referência.-----
Relativamente aos textos que estão neste momento aqui em apreciação, gostaria de apresentar a posição que o Partido Socialista tem relativamente a todos eles. Penso que a Moção apresentada pelo PSD relativamente ao estado de conservação do IC20, espelha a preocupação que é partilhada por todos os Municípios, penso que quando as preocupações são legítimas devem ser utilizados os meios que temos ao nosso dispor para chamar a atenção dos responsáveis, no sentido de haver a adequada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

solução. E portanto não temos nenhum problema, antes pelo contrário, concordamos com o espírito da Moção e votaremos a favor dela.-----

Relativamente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e que foi objecto também de colaboração de propostas de alteração por parte da CDU, gostaria de dizer o seguinte: eu penso que os últimos anos em Portugal foram marcados por um grande esforço nacional de convergência do Poder Central e das Autarquias no sentido da requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo. Foram locadas verbas de Fundos Comunitários, foram mobilizados recursos municipais, foram mobilizados também outros recursos públicos no sentido de dotar as nossas povoações, as nossas cidades, os nossos concelhos, de espaços adequados para que as nossas crianças pudessem cumprir com qualidade e com sucesso os primeiros quatro anos de escolaridade. Este esforço obviamente foi interpretado no território pelos vários municípios relativamente ao modo como foi implementado, relativamente às soluções encontradas caso a caso, há obviamente discordâncias, há discordâncias também sobre o ritmo, sobre o volume, mas é um esforço nacional partilhado e relativamente ao qual também aqui no nosso território ele se fez sentir e há resultados positivos que estão à vista. E portanto, este é um aspecto fundamental que não se pode separar da questão que está aqui em estudo. Está aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda e pela CDU. Os Centros Escolares que foram sendo construídos um pouco por todo o País tiveram a preocupação de ter boas condições de habitabilidade e de aprendizagem. Espaços adequados e seguros, cantinas para que as crianças e as famílias tivessem esse apoio na Escola, tiveram possibilidade de desenvolver adequadamente as actividades de enriquecimento curricular, o inglês, a expressão física-motora e a música, tiveram possibilidade também de propiciar o desenvolvimento da componente de apoio à família permitindo que a família confie as crianças à escola em condições de segurança e de adequação pedagógica e de no fundo garantia de um tempo positivo em termos de aprendizagens e de crescimento saudável. Paralelamente a todo este esforço e esta grande revolução que se deu no País e para que todos contribuíssem, foi não desencadeado, mas prosseguido e incentivado o processo de encerramento das escolas sem condições do ponto de vista das condições materiais e das condições pedagógicas. Portanto, como disse, desencadeado um processo de encerramento das escolas que eram elas sim propiciadoras e fomentadoras do insucesso. Este processo de encerramento de escolas, passo aqui a nota, não se iniciou agora como já referi, ele iniciou-se em 1988, quando pela primeira vez na Lei se determinou o encerramento de todas as escolas com dez ou menos alunos. Portanto todas as escolas com menos alunos desde 1988 estão em processo de suspensão ou encerramento. Este movimento foi acentuado a partir de 2006, e a partir de 2006 com a colaboração de muitas autarquias em todo o território foram encerradas duas mil e quinhentas escolas. E esses encerramentos na maior parte dos casos foram entendidos rapidamente pelas populações, foram percebidos como reforço das condições de funcionamento das escolas, e como é do conhecimento público todo esse movimento que envolveu milhares e milhares de pessoas, famílias e crianças decorreu de forma pacífica e rapidamente consensualizado. E portanto, o que se passa não é o encerramento de escolas privando as populações do direito à educação, do que se trata



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

muito pelo contrário, é de garantir que às crianças deste País são criadas as condições de sucesso e de frequência da escola do 1º Ciclo de forma positiva, agradável, que sirva as famílias e que crie condições para o sucesso escolar. Este ano foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros que vem na sequência de todo este esforço, e a Resolução do Conselho de Ministros aponta para o quê? Aponta para um trabalho de proximidade com as Autarquias no sentido de serem garantidas as melhores condições às crianças no que diz respeito à frequência das escolas. Perspectiva-se a compensação das Autarquias em termos das despesas de transporte e incentiva-se o trabalho de parceria entre o Estado através do Ministério da Educação e as estruturas e as Autarquias. E também é perfeitamente claro em termos da orientação que se não houver soluções mais adequadas para as crianças, isto é, se não houver uma mudança para melhor, não se encerra escola nenhuma. Isto está perfeitamente assente e perfeitamente entendido pela generalidade dos autarcas do País. E portanto do que se trata aqui não é de privar as populações do direito à educação, pelo contrário, é de garantir que as crianças frequentem a escola nas melhores condições possíveis. E portanto esta Moção que distorce a verdade, que apresenta a situação de forma completamente caricatural, tem de merecer o voto desfavorável da parte do Partido Socialista.-----

Quanto à Moção seguinte sobre reabilitação urbana apresentada pelo Bloco de Esquerda, esta Moção responde penso eu a uma preocupação também partilhada e merece a concordância e o voto favorável do PS.-----

Segue-se uma Moção sobre investimento de qualidade em projectos estruturantes. Relativamente a esta Moção o Partido Socialista concorda com o fundamental do texto e subscreve a parte resolutiva. Não acompanha obviamente os parágrafos d) e e) que se recusa a compreender o que é fundamental compreender na realidade dos nossos dias. Nós vivemos uma crise profundíssima, na crise que vivemos é necessário tomar medidas, é preciso assumir sacrifícios, é preciso assumi-los com convicção, com rigor, para que a situação possa ser ultrapassada e portanto neste contexto é completamente compreensível que os investimentos que ainda não são irreversíveis no que diz respeito aos compromissos assumidos, possam ser recalendarizados no tempo. Nós entendemos essa recalendarização, achamos que é a solução adequada às dificuldades do presente, isto não nos leva obviamente a mudar de posição no que diz respeito à correcção e à adequação, e à importância dos investimentos que estão em causa.-----

A Moção seguinte apresentada pela CDU sobre o aumento dos transportes, penso que é uma Moção que vem na linha dos parágrafos que eu referi. É uma Moção que vai ao sabor da exploração do descontentamento, é óbvio que o aumento dos transportes é sempre uma medida que penaliza a população e relativamente à qual a população reage, agora obviamente que todos os portugueses compreendem que neste momento é necessário partilhar os sacrifícios e que também neste aspecto a solução encontrada pelo Governo é uma solução equilibrada, é um aumento contido e é uma situação que nós compreendemos a actuação do Governo e não podemos de forma nenhuma aprovar a Moção apresentada pela CDU. A Moção seguinte sobre o PEC e a Acção das Autarquias é uma Moção que no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

essencial merece a nossa concordância. As Autarquias têm uma missão específica, batem-se por ela, exigem meios para concretizar essa missão, é claro que tem de haver um encontro entre aquilo que era importante para as Autarquias como recursos para concretizar os seus programas e os recursos que o próprio País tem, mas penso que como tomada de posição é uma tomada de posição correcta que merece a nossa posição favorável também.-----

A Moção sobre o IC32, não está em causa a obra. A obra mereceu a concordância de toda a Assembleia, das forças políticas representadas na Câmara. O que está em causa é sabermos se neste momento se deve enveredar pelo método da reivindicação, da exigência, ou se estamos numa altura de convergência de procura de soluções técnicas ideal. Nós entendemos que é esse o momento da procura das melhores soluções técnicas e achamos desadequado neste momento a adopção deste tipo de terminologia e deste tipo de posição e portanto vamos votar contra a Moção apresentada pela CDU. Moção sobre a ECALMA apresentada pelo PSD.-----

O Partido Socialista tem relativamente à actuação da ECALMA uma apreciação muito crítica. Não é no entanto favorável à extinção da ECALMA, sobre este assunto logo já a seguir à votação das Moções o Grupo Socialista vai fazer uma declaração que explicitará de forma mais detalhada a nossa posição.-----

Moção sobre Zona Pedonal de Cacilhas, tem condições para merecer o nosso voto favorável assim como obviamente a Moção do Dia da Cidade, que vem na linha do Programa do Partido Socialista e dos projectos que temos para o Concelho.-----

A Assembleia Municipal é uma Assembleia em que estão representados Partidos Políticos e nós entendemos que é um palco em que devemos continuar a apostar e defender e a insistir naquilo que consideramos justo e adequado para o nosso Concelho."-----

6.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só duas observações em relação a duas das Moções apresentadas. Uma delas que diz respeito ao encerramento da Escola. Dizer só que o CDS apresentou no Parlamento uma proposta em que pretendia que fossem definidos critérios complementares para o encerramento das escolas para lá do número de alunos. E isso deve ser tido em consideração. Por outro lado, dizer que a situação a que chegamos hoje e a necessidade de encerramento de algumas escolas é o resultado de muitas décadas de políticas antifamília, antinatalidade que conduziram a um declínio demográfico sério, perigoso e que resulta na desertificação. Como dizia um comunicado da Associação de Famílias Numerosas, o que se está a fazer hoje é enterrar os cadáveres em que as escolas se tornaram por falta de alunos. E isto é um problema sério, é que o País nunca dedicou a devida atenção e como dizia um historiador inglês, as civilizações morrem por suicídio, não por assassinato.-----

A segunda observação diz respeito à Moção do PSD sobre a ECALMA, que saudamos.-----

O CDS não foi favorável à criação da ECALMA, ao longo do tempo nunca concordou com a sua existência, a ECALMA mostrou ser aquilo que o CDS previa que fosse no ano da sua criação em 2004, uma acção destemperada, uma acção muitas vezes contra cidadãos de bem e sobretudo começa a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mostrar ser uma agência de emprego para clientelas partidárias. E portanto, é uma empresa municipal que não serve Almada, que não serve os almadenses e que portanto nunca deveria ter sido criada e como tal quanto mais depressa for extinta melhor. A par disso, de facto uma policia municipal permitiria ter uma acção na regulação de trânsito, mas também uma acção de fiscalização em muitas outras áreas e uma presença nas ruas que é dissuasora de acções de natureza criminal, de acções de vandalismo que ainda hoje falamos. E portanto votaremos naturalmente a favor da proposta do PSD, subentendendo que a proposta é de extinção da ECALMA e a criação de Polícia Municipal."-----

6.4.15 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Apenas algumas notas também do ponto de vista daquilo que a Câmara conhece sobre as matérias aqui trazidas por cada um dos Grupos de Deputados Municipais.-----

Eu gostaria de me referir à proposta que tem a ver com o encerramento das escolas com menos de vinte e um alunos exclusivamente no que diz respeito à Escola do 1º Ciclo de Pêra. Penso que o objectivo que aqui está presente é, e talvez a redacção não seja clara relativamente a isto, mas do nosso lado, da Câmara, a maneira como temos estado a encarar esta questão vou transmitir-la. Existe uma Escola de 1º Ciclo em Pêra que neste momento tem menos de vinte e um alunos. A posição que temos assumido é que deve existir um diálogo Câmara, Ministério da Educação, Comunidade Local, portanto País, Professores e Escola e Autarquia de modo a que se conclua relativamente a este processo. Entende este conjunto de entidades e sobretudo as famílias, que a Escola se deve manter, é uma questão a esclarecer e tudo deveria ser feito no sentido de se actuar em função daquilo que venha a ser a vontade do conjunto das instituições e pessoas, mas em particular das próprias famílias, pais e professores.-----

O nosso sentido no tratamento deste assunto é este. Portanto, talvez esta parte final aqui referida na continuação, portanto, "Relativamente à Escola do 1º Ciclo de Pêra apoiar a Câmara Municipal de Almada em todas as iniciativas que venha a desenvolver no sentido que seja assegurada a vontade da Comunidade Local dos Pais e Professores da Escola e da Autarquia de Freguesia ..." Depois acrescentam: "... na continuação do funcionamento da Escola mesmo que o número de alunos seja inferior a vinte e um alunos", pode dar a ideia que se está aqui a amarrar toda a gente à continuação do funcionamento da Escola. Do nosso lado a nossa perspectiva não é essa, é actuar, defender aquilo que relativamente à posição dos Pais, dos Professores, da Comunidade seja entendido como mais conveniente para as crianças e para as famílias. Eu diria que para corresponder ao ponto de vista da Câmara que pode não ser o ponto de vista da Assembleia, mas para corresponder ao ponto de vista da Câmara acrescentaria a seguir ao 1º Ciclo de Pêra actualmente com menos de vinte e um alunos, e depois retiraria a última parte a seguir a Autarquia da Freguesia.-----

Portanto é o diálogo e o diálogo com todos e em função desse diálogo haver uma decisão.-----
Relativamente à Moção sobre a reabilitação urbana eu gostaria de também sobre isto dizer que a Câmara já deu e já deu há muito tempo e continua a dar efectiva prioridade à necessidade de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reabilitação do edificado existente no Município. Isto é uma posição assumida e daqui resulta uma actuação da própria Câmara, efectiva prioridade à necessidade de reabilitação do edificado. Mas estamos a fazer mais do que isto com os serviços em todas as Divisões e Administração Urbana, os serviços têm um trabalho exaustivo de identificação de todas as situações. E por outro lado existe um programa de reabilitação urbana com um investimento a quatro anos e um trabalho em curso a partir do diploma que saiu em Outubro do ano passado e a seu tempo traremos à própria Assembleia Municipal decisões para operacionalizarmos, porque o trabalho técnico tem que ser feito e portanto só depois de concluído é possível trazer à Assembleia Municipal a proposta de delimitação de áreas de intervenção urbana de reabilitação urbana. Isso está a ser feito, o dinheiro existe, os técnicos estão a trabalhar e portanto penso que é mais do que está aqui. Mas o Srs. Deputados Municipais melhor entenderão.-----
Queria também referir-me à questão do IC32, o que está aqui em causa, nós também temos tido o cuidado de contribuir, de ter uma atitude de convergência, etc.. Mas não há dúvida que a decisão da Câmara foi tomada em 8 de Março, as obras estão no terreno a todo o vapor, a posição é clara e posso-vos dizer que neste momento há uma exposição ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente no sentido de alertar e não é uma atitude de conflito, é uma atitude no sentido de alertar para a necessidade de avaliar o que é que se está a passar. Porque de facto o que aqui se diz é absolutamente correcto. Isto retrata a decisão tomada na Câmara Municipal e de facto a decisão tomada vai no sentido de dizer: a DIA deve ser cumprida e não iria entrar em mais detalhes porque penso que o mais importante é a parte resolutive e sobretudo também aquilo que a Câmara já fez quer relativamente junto da entidade licenciadora, quer junto da tutela. E portanto vamos aguardar. Mas de facto é preocupante o facto das obras estarem no terreno, estarem a uma velocidade e nós sabermos que o que ali está não está de acordo com o que deveria ser.-----

Relativamente à Moção sobre a zona pedonal de Cacilhas, gostava de dizer que a Câmara esteve no dia 25 de Maio em Cacilhas, fazendo mais um Fórum de Participação com as populações, apresentando o pré-projecto, nós fizemos um estudo prévio, estamos na fase de encerrar o projecto, portanto não há aqui insuficiências de projecto. Nós fomos discutir com a população uma solução para a Rua Cândido dos Reis, identificámos as questões, assumimos com a população as questões e eu lamento que de facto perante esta realidade de se ter apresentado de se ter discutido com a população, de se ter assumido publicamente um conjunto de aspectos que isto seja utilizado como um tema político, mas todo o respeito pelas iniciativas políticas.-----

Em relação à ECALMA eu gostaria de deixar nota de que as opções danosas relativamente a Almada, não foi o Poder Local Democrático para não utilizar o termo aqui utilizado, não foi o Poder Local Democrático que as tomou. As opções danosas relativamente a Almada estão bem à vista e estão bem identificadas, basta olhar para o Canecão e por aí fora. Isso é um outro tempo, as opções danosas relativamente a Almada estão datadas, estão datadas. E é importante que isto esteja presente em todos nós e quem não conhece bem que seja ajudado a conhecer. Portanto, nós entendemos que a ECALMA existe por decisão dos órgãos autárquicos locais, os regulamentos foram aprovados por esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal, pelo parlamento local, e como qualquer regulamento deve ser avaliado, ajustado, etc., todos não são apenas os regulamentos de estacionamento, são todos os regulamentos e este é um pressuposto assumido desde o início e mais, lembro-me perfeitamente quando trouxemos à Assembleia Municipal os regulamentos quer o Sr. Vereador José Gonçalves, quer eu própria, dissemos que estávamos perante uma matéria nova, uma experiência nova, que os regulamentos tinham que ser aprovados para poderem ser postas em prática as soluções, sem os regulamentos não era possível levar à prática as soluções e a competência de aprovação dos regulamentos era da Assembleia Municipal, mas que se iria discutir com as populações, com as próprias Juntas de Freguesia e também avaliar os resultados práticos da sua aplicação, porque cada um pode ter todas as ideias, mas é preciso pôr em prática, avaliar e ver quais são aquelas que não precisam de ser alteradas e quais são as outras que precisam de ser ajustadas. Esse é um trabalho absolutamente inquestionável, assumido em curso e portanto queria aqui deixar esta nota porque foi levantado e muito bem levantado. Também moro em Almada e sou do tempo de tudo aquilo que o Sr. Deputado Luís Filipe aqui colocou. Até sou do tempo em que na minha Rua só havia um carro. Eu moro na Rua Mendes Gomes Seabra, toda a gente sabe e na minha Rua só havia um carro, só havia uma família que tinha carro, o resto não havia, e a minha filha aprendeu a andar de bicicleta na rua, ia para a escola a pé e portanto era a realidade de há quarenta anos atrás. O Concelho naturalmente que também mudou como o País, como o mundo, com a generalização da utilização do automóvel as cidades mudaram e é preciso naturalmente gerir as cidades. Mas as cidades, penso que ninguém está em desacordo que, devem ser para as pessoas em primeiro lugar. Claro que não se pode deitar fora os carros, claro que tem que haver soluções para os carros e por isso tem que se gerir o estacionamento, é uma questão fundamental, e construir estacionamento, é o que se fez e quando houver dinheiro. Agora está mais difícil porque já fomos espoliados de um montante considerável e também as receitas se elas estão a diminuir nos cofres do Estado, nas Autarquias Locais é muito, muito, muito, e naturalmente que tendo pouco dinheiro nas Autarquias Locais a moça ainda é maior. E nós não temos a quem tirar, só se tirarmos à população, isso não queremos. Vamos ver como é que nos vamos aguentar. Mas estamos determinados em pôr a crise no tapete, vamos ver se conseguimos fazê-lo. Eu também gostava de dizer que reconheço na Moção do PS o seu Programa Eleitoral, mas permitam-me dizer que, toda a legitimidade no Programa, mas obviamente que nas urnas o vosso programa não vingou, tiveram os votos que tiveram, mas eu mesmo assim só lá queria chegar, é que o que acho que é importante é vermos a cada momento de uma forma descomplexada, aberta, construtiva aquilo que faz sentido concretizarmos, seja de onde for, venha de onde vier, e nesse sentido queria aqui deixar essa palavra. Vamos começar a elaborar, a trabalhar para a elaboração do nosso Plano de Actividades e Orçamento, temos um compromisso eleitoral como todos sabem, o povo deu-nos a maioria dos votos, mas não vamos recusar de maneira nenhuma, pelo contrário, o diálogo e a consideração que for possível no próprio Plano de Actividades para 2011. Portanto era esta a contribuição que queria aqui deixar."-----

6.4.16 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
O sentido de voto da CDU explicado em breves palavras. Votaremos favoravelmente a moção do PSD sobre o "Estado de Conservação do IC20", e votaremos favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda sobre o "Encerramento da Escola de Pêra". De qualquer maneira seria interessante ouvir o Bloco de Esquerda relativamente a esta última proposta da Sr.^a Presidente da Câmara, mas nós clarificamos é o sentido da nossa proposta de alteração em relação à do Bloco. Nós evidentemente que discordamos da medida cega, do economicismo contra a demagogia de se dizer que se fecham à facada novecentas escolas que têm menos de vinte e um alunos. Isto é uma medida administrativa. Mas por outro lado também não aceitamos o mecanismo de que em todos os casos estas soluções sejam más soluções, porque podem ser boas soluções. O essencial é evidente que é que o produto final garanta a melhoria da qualidade da educação e do ensino e salvaguarde os interesses sociais, económicos e culturais que estão em causa em cada situação concreta, e para isso é necessário respeitar sempre o diálogo com as comunidades locais, as autarquias locais e as escolas, as suas direcções e a sua população residente, pais e crianças. Não partilhamos a visão idílica do Sr. Deputado Courinha Leitão de se verificar sempre o diálogo e das soluções serem sempre bem conseguidas. Evidentemente que se houver diálogo sempre e que se a solução final for uma melhor solução estaremos naturalmente de acordo. Nós não apresentamos nenhuma proposta por entendermos extemporânea, porque a situação de Pêra para nós ao momento não estava ainda suficientemente analisada para sobre ela nos pronunciarmos em concreto. Na formulação actual da proposta do Bloco, votamos favoravelmente. O mesmo não acontece com a proposta que o Bloco apresenta sobre a "Reabilitação Urbana", entendemos que uma questão tão séria como a reabilitação urbana que obviamente são preocupações sérias que nós partilhamos, está aqui completamente desfocada pelas mais variadas razões. Há uma interpretação abusiva da Lei, há uma confusão das competências dos órgãos, a Assembleia Municipal não superintende nem deve ingerir nas Freguesias que têm uma autonomia própria. Há uma exigência que excede aqui as competências das Juntas, é materialmente impossível aos recursos das Freguesias. Os levantamentos têm sido feitos e continuam a ser feitos no Concelho, portanto é falso esta ideia de que não há um levantamento do património degradado no Concelho. Há um branqueamento da responsabilidade do Poder Central. Em última análise estamos aqui num circuito autofásico curiosamente numa Assembleia onde estamos cá todos, porque está a Assembleia toda, está a Câmara e estão também os Presidentes das Juntas. Quer dizer, a Assembleia diz à Câmara para mandar as Juntas fazer, e as Juntas depois informam a Câmara e a Câmara manda tudo para a Assembleia, uma listagem de todo o património degradado por dentro e por fora para depois se intervir. Esta questão é muito séria e deve ser tratada numa perspectiva real de consecução e não assim.-----

Em relação à proposta de Moção do Partido Socialista sobre o "Dia da Cidade" é evidente que para além daquilo que a Sr.^a Presidente já disse, nós podemos também acrescentar que esta proposta o que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pretende é exigir à Câmara Municipal de Almada que refaça aquilo que o Governo deste País tem vindo a destruir.-----

"Esta ECALMA Não Serve Almada" moção do PSD, votaremos contra, por um lado porque a extinção da ECALMA não resolve nada, a moção de resto também não traz nada de novo, recupera ... do costume, Almada definha na razão directa dos erros, um futuro diferente e melhor e também as inverdades do costume, que há menos estacionamento, que o metro e as acessibilidades são um desastre, etc., etc., tudo isto é conhecido, nada disto é novo e o nosso voto é contra, até porque muita coisa já foi dita aqui, até de diversas bancadas, algumas delas nós também partilhamos.-----

Relativamente à zona pedonal de Cacilhas, aqui votamos apenas contra o oportunismo, há um fórum de participação pública sobre esta matéria, a Câmara afirmou já estar a fazer e ir fazer tudo aquilo que o PSD agora vem aqui exigir que se faça, votaremos contra, contra o oportunismo do PSD de querer apresentar-se aqui como o protagonista de uma decisão e de uma acção que já está obviamente em marcha."-----

6.4.17 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr. Deputado, por muito que vos custe, nós não queremos ser nem queremos fazer política deste assunto, e não queremos qualquer tipo de aproveitamento político, porque senão a sua bancada da CDU, na Assembleia de Freguesia não tinha votado favoravelmente este documento, é óbvio. Ou então alguma coisa se passa, eles lá votam de uma maneira e aqui na Assembleia Municipal votam de outra. A verdade é tão simples quanto esta, já no fórum de apresentação do projecto houve algumas questões que foram faladas e apenas queremos beneficiar o projecto. Nós não queremos ganhar nada com isto, podem fazer isto bandeira, da Câmara, da CDU, nós só queremos uma coisa, é que as pessoas que vivem a meio da rua tenham uma acessibilidade mais directa do meio da rua ao parque de estacionamento, porque eu ainda quero saber como é que pessoas que são resistentes no meio desta rua e têm dificuldades de locomoção como é que vão chegar à porta das suas casas, é tão simples quanto isto, eu até já nem vou pôr a questão dos comerciantes, as cargas e descargas ou das soluções dos carrinhos que foram apresentadas. É porque nós estamos a falar disto agora, isto agora é tudo politiquice, depois quando a solução estiver implementada no terreno e houver problemas voltamos à velha questão, depois de estar feito já não há nada a fazer e as pessoas continuam a sofrer os erros. Nós só queremos é melhorar o projecto, não queremos fazer disto campo de batalha, apenas queremos melhorar o projecto e há questões que têm que ser vistas, isto não tem mal nenhum, isto não é política, isto é apenas tentar melhorar a vida das pessoas. Se os Srs. vêem política em todo o lado então vai ser sempre difícil alguma vez chegarmos a algum acordo."-----

6.4.18 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Duas notas. Eu gostaria de dizer que no nosso fórum de participação, nós sabemos quem lá esteve até ao fim e sabemos o que dissemos, e sabemos que dissemos que a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

voltaria ao local, para discutir e avaliar com os comerciantes, com os moradores, as questões nomeadamente das cargas e descargas, dos transportes, etc., e portanto é politiquice. Sr. Deputado, é politiquice o que está a fazer.-----

Queria deixar agora uma nota, há um documento que está aqui a ser distribuído e que tem a ver com o Cruzeiro e eu gostava de dizer que na declaração de impacte ambiental aprovada pelo Sr. Secretário de Estado, em 6 de Setembro de 2005, e tenho apenas uma síntese, mas a declaração é bastante mais extensa, diz-se nomeadamente: "deve ser acautelada a salvaguarda dos imóveis classificados e em vias de classificação, e das respectivas envolventes, designadamente..." e diz mais, "...bem como os imóveis não classificados que a EIA identifica com maior proximidade ao traçado, designadamente o Cruzeiro do século XVII". Por isso a nossa preocupação não é só isto mas é mais, em que as questões da DIA sejam muitíssimo bem vistas para que aquilo que foi decidido em sede de DIA pelo Secretário de Estado seja cumprido. E era apenas deixar mais esta nota, na medida em que tive agora conhecimento deste documento, foi distribuído, não sei quem o distribuiu, mas também este registo de que na própria DIA, isto é a síntese, a DIA tem um relatório bastante extenso, não o tenho mas não deixou de ser considerado. Está pois em sede de projecto de execução e é isso que importa que seja visto, se em sede de projecto de execução está conforme aquilo que a DIA recomenda."-----

6.4.19 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Parece que a única forma de preservar o Monte e o Cruzeiro é o traçado em túnel nessa zona. Isso não está evidentemente previsto."-----

6.5 - Terminado o debate passou-se à votação dos documentos:-----

6.5.1 - A Moção/Deliberação sobre Estado de conservação do IC-20, apresentada pelo Deputado Municipal Miguel Salvado, foi aprovada por unanimidade.-----

6.5.2 - A Moção/Deliberação sobre Encerramento da Escola do 1º Ciclo de Pêra - Trafaria, apresentada pela Deputada Municipal Ermelinda Toscano, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE, do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), dez votos contra (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----

6.5.3 - A Moção/Deliberação sobre Reabilitação Urbana, apresentada pela Deputada Municipal Ermelinda Toscano, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.5.4 - A Moção/Deliberação Pelo Investimento de Qualidade em Projectos Estruturantes, apresentada pelo Deputado Municipal Bruno Dias, foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).-----
- 6.5.5 - A Moção/Deliberação sobre Aumento dos Transportes, apresentada pela Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE), doze votos contra (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).--
- 6.5.6 - A Moção/Deliberação sobre o PEC e a Acção das Autarquias, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Augusto, foi aprovada por maioria, com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----
- 6.5.7 - A Moção/Deliberação sobre a construção do IC32 - Rodovia de ligação da Trafaria, Charneca da Caparica, Seixal, Coia/Barreiro - Montijo, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE), dez votos contra (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----
- 6.5.8 - A Moção/Deliberação sobre Esta ECALMA não serve Almada!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Almeida Lima, foi rejeitada por maioria, com trinta e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do BE) e oito votos a favor (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do CDS-PP).-----
- 6.5.9 - A Moção/Deliberação sobre Zona Pedonal de Cacilhas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o representante do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----

6.5.10 - A Moção/Deliberação sobre Dia da Cidade, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE), doze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o representante da Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria, do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).--

6.5.11 - Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, para uma declaração política.-----

6.5.11.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

ECALMA — Empresa Pública Municipal de Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano --
A Assembleia Municipal é o órgão de excelência onde os vários partidos representados devem tomar a sua posição em relação a vários temas que dizem respeito à vida do nosso concelho. É com esse sentido de responsabilidade que hoje o Partido Socialista faz esta declaração política.-----

Não é por acaso que ouvimos de forma recorrente nesta Assembleia queixas por parte dos cidadãos sobre a actuação da ECALMA, seja a título individual, seja sob a forma de movimentos de cidadãos que se foram criados com um só propósito, o de tentar impedir que a ECALMA continue a actuar desta forma no nosso concelho. Tivemos aqui um exemplo hoje, com a entrega de uma petição que esteve a ser divulgada através das redes sociais.-----

Muitos são os casos que aqui poderíamos deixar sobre aquilo que é a actuação errada da ECALMA. Permitam-me deixar só um, pelo seu carácter caricato, com todo o respeito pelo lesado. O excesso de zelo na fiscalização da ECALMA chega ao ponto a que um vereador da CMA ser multado quando tem o carro parqueado num lugar destinado à vereação da CMA!!!-----

Também no que diz respeito às opções desta empresa temos várias reservas... Por exemplo, fará sentido, após a reabilitação das praias urbanas da Costa da Caparica, um processo de reabilitação que foi longo e que teve as suas consequências para o comércio e restauração daquela zona, criar parquímetros no único parque de estacionamento que dá acesso às praias urbanas, e onde anteriormente existia um parque gratuito? Qual é intenção? Fazer daquela zona uma zona de visitas de curta duração? É isso que queremos? Irão os utilizadores daquelas praias e potenciais clientes dos vários estabelecimentos que ali existem, perceber esta opção? Ou, pelo contrário, irão para outros sítios onde tenham condições semelhantes, mas que não tenham de pagar para as ter?-----

Mas não se trata só de uma questão de falta de sensibilidade e de coerência da actuação da ECALMA, e das suas opções de gestão. Mais do que isso. Esta empresa está assente em valores que o Partido Socialista não defende. Antes de mais, é necessário repensar e reorganizar aquilo que deve ser a estrutura desta empresa. Não queremos uma empresa municipal no nosso concelho que promova a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

precariedade das relações laborais, assente em contratos de trabalho precários, em que não exista uma formação adequada e contínua dos seus funcionários, pois o tipo de contrato de trabalho praticado assim não o exige. Este facto é assumido pelo próprio Vereador Rui Jorge Martins, que no último relatório da empresa justifica o número de contratos de trabalho a termo como sendo uma forma ter trabalhadores “à experiência”, quando para esse efeito existem outro tipo de soluções que não sejam contratos de trabalho precários!-----

A actual situação de modelo errado de gestão da ECALMA, e a incapacidade que hoje a empresa tem para merecer a confiança dos cidadãos, faz com que o PS ache que não se pode ignorar que a ECALMA se transformou num problema em vez de ser uma solução para os problemas do estacionamento no concelho.-----

Assumimos as nossas posições com clareza. Por isto mesmo, votámos contra a concessão de novos parques de estacionamento à gestão desta empresa.-----

A posição do PS é a mesma nos jornais e nos órgãos municipais, ao contrário de outros, que não se limitam a criticar a empresa, defendem mesmo a sua extinção, e votam a favor de que tenham novas responsabilidades, sem ser reestruturada.-----

A extinção da ECALMA não resolve os problemas de estacionamento que o nosso concelho tem, muitos deles criados pela própria empresa. O modelo de gestão desta empresa não é o adequado, e nem devemos permitir que assim continue. Estas e outras questões têm de ser por todos nós pensadas, com o sentido de responsabilidade que cada um de nós tem enquanto autarca deste município.-----

Sendo este um assunto de todo o interesse para todos os cidadãos de Almada, o Partido Socialista irá apresentar um requerimento para a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária para um debate profundo sobre o modelo de gestão e funcionamento da Empresa Pública Municipal ECALMA.---

Vamos pois debater aqui se queremos ou não que haja uma empresa de gestão de estacionamento e circulação em Almada, e em que é que ela deve ser diferente da ECALMA que a CDU tão mal ergueu."-

7 - Considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal por unanimidade decidiu interromper os trabalhos e continuar o Período da Ordem do Dia na reunião de amanhã dia 30 de Junho de 2010.-----

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Sr. Humberto Lameiras (Jornal da Região de Almada); Sandra Carvalho (Lusa); Fernando Fitas e Susana Mendes (Notícias de Almada) e de setenta e oito Srs. Munícipes.-----

9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Paulo José Fernandes Pedroso; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias e Helena Maria Gomes Oliveira.-----

10 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H55 do dia 30 de Junho de 2010.-----

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____